



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Faculdade de Artes e Letras

**JORNAL «O INTERIOR»
JORNALISMO DE CAUSAS E O CASO
DO SERVIÇO DE MATERNIDADE**

Teresa Isabel Fernandes Nicolau

Relatório de Estágio para obtenção do Grau de Mestre em
Jornalismo
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor José Ricardo Pinto Carvalheiro

Covilhã, Outubro de 2015

Dedicatória

Não em memória, mas à memória do meu pai.

Agradecimentos

Sei que me irei esquecer de alguém e me vou penalizar mais tarde, mas essas pessoas sabem que as recordo sempre de modo muito especial, presentes fisicamente ou espiritualmente. Agradeço por isso:

A toda a equipa do Jornal O INTERIOR, pelo apoio incondicional e modo fraterno como me acolheu no seu seio.

À Universidade da Beira Interior, uma “família” à qual me orgulho de pertencer desde há mais de 20 anos.

Ao meu orientador, Senhor Professor Doutor José Ricardo Carvalheiro, pela sua paciência com a minha impaciência e sábias linhas mestras em todo o trabalho.

Ao Senhor Professor Doutor Pires Manso, pela disponibilidade em me ajudar sempre que lhe lancei o apelo.

Ao Senhor Professor Doutor António Bento, pelo grande docente e amigo que me acompanha desde o momento que entrei na sua aula.

À Doutora Natália Pacheco pelo seu indispensável confronto com o qual me enfrentei e defrontei sem pausas.

Às colegas e amigas Eduarda, Helena e Sandra, que me empurraram cada vez que eu baixava a cabeça.

Aos amigos Gonçalo Paiva, Anca, Marco Gonçalves e Costa Pardal, pela partilha de tempo e sabedoria.

À minha mãe Maria Isabel, ao meu irmão Mário e ao meu amor pequenino (sobrinho e afilhado) Martim, por todo o seu carinho, suporte para tantos momentos de angústia nesta etapa da minha vida.

Aos amigos Sandra Filipe, Marta Matias, Joshua Magalhães e Maria Sá Pereira Capelo, suporte para tantos momentos de angústia nesta etapa da minha vida.

Resumo

A Imprensa Regional tem uma identidade ou carácter distinto da restante comunicação social. A ideia é defendida por alguns autores, entre os quais este trabalho académico tem presentes Carlos Camponez, João Carlos Correia, Vítor Amaral, e, ainda, o projecto de investigação Agenda do Cidadão, desenvolvido pelo LabCom, inserido na Universidade da Beira Interior.

Iremos procurar apresentar como na actuação profissional o jornalista regional se rege não só pelos cânones do jornalismo clássico, mas também por princípios de chamados novos tipos jornalísticos (mesmo que se tenham iniciado na década de 80 no século XX na América do Norte com Rosen, Merritt, Charity e Glasser). Se “atravessarmos” 15 anos de edições do Jornal O INTERIOR é notório que terão existido acontecimentos que marcaram épocas em algumas páginas da publicação. São os próprios profissionais que exerceram funções na redacção d'O INTERIOR que os identificam: introdução de portagens nas SCUT's; construção de um novo hospital e recuperação do Parque da Saúde da Guarda; a continuidade do serviço de obstetrícia no Sousa Martins; a reabertura da Linha da Beira Baixa; a plataforma ComUrbeiras a unir sinergias de todos os municípios do distrito da Guarda e da Cova da Beira; entre outros.

Porquê, então, escolher o caso da ameaça de encerramento e defesa da continuidade dos serviços de maternidade nos Hospitais da Beira Interior, mas, no semanário O INTERIOR fazer incidir o foco no Hospital Sousa Martins? Acreditamos poder demonstrar no presente relatório de mestrado que este exemplo tem contornos que nos permitirão explicitar (também na forma numérica) com que tipos jornalísticos o Jornal delineou o acompanhamento dos factos e consequentes textos noticiosos. Aproveitamos ainda para verificar eventuais ligações entre o género informativo (objectivas, neutras, imparciais) e géneros opinativos (artigos de opinião, crónicas e editoriais). Neste domínio propomo-nos atravessar o período 2004 a 2014, e, nesta década, dar especial atenção a alguns meses e anos de maior destaque do tema no Jornal O INTERIOR.

Palavras-chave

Imprensa Regional; Novos tipos jornalísticos; Jornal O INTERIOR; Serviços de maternidade

Abstract

Local Press has got a different identity or character from other mass media. This idea is defended by a few authors, between whom this academic work paid attention to Carlos Camponez, João Carlos Correia, Vítor Amaral, as well as the Investigation Project Citizen Agenda, developed at LabCom, a department of Universidade da Beira Interior.

We'll try to show how at the professional behaviour of the local journalist orient itself not only by classical journalism principles, but also by the new journalism types principles (even this one began at the 80's of XX century at North America with Rosen, Merritt, Charity e Glasser). If we "cross" 15 years of O INTERIOR Newspaper editions it's remarkable that have been happened events evidenced at some pages of the publication. The very one professionals that worked at O INTERIOR writing who identify those ones: taxes introduction at free highways (SCUT's); build of a new hospital and Guarda's Health Space recovery; he continuity of maternal services at Sousa Martins; reopen Beira Baixa's station rails; ComUrbeiras base to get together strengths of Guarda's and Cova da Beira regions; among others.

So, why chose this happening of the menace to the closure and dense of maternal services continuity at Beira Interior Hospitals? We believe we can prove at this master's degree work that this example has characteristics that will allow us to expose (also at number model) with which one's journalism types the Newspaper drew the way to follow of facts and related news texts. We will profit this work to verify casual connections between informative genre (objective, neutral, impartial) and the opinative genres (opinion texts, chronics and editorial texts). At this domain we propose ourselves to cross 2004 to 2014 period, and, at this decade, to give special attention to some months and years with more visibility of the theme at O INTERIOR newspaper.

Keywords

Local Press; New journalistic types; O INTERIOR Newspaper; Maternal services

Índice

Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iv
Resumo...vi	
Abstract...viii	
Introdução...1-2	
Tema e Problema...2	
Objectivos e Hipóteses...3	
Capítulo 1	
Enquadramento Teórico	
1.1 Noções dos novos journalismos: algumas (in)definições...4-8	
1.2 Journalismos de causas: na senda do journalismo público...8-10	
1.3 Subjectividade vs Objectividade...10-11	
1.4 Identidade do journalismo de causa...11-14	
Capítulo 2	
2.1 Ética dos Novos Journalismos...15-17	
2.2 Ética da Imprensa Regional...17-18	
2.3 Rotinas Jornalísticas...18-21	
Capítulo 3	
3.1 História e caracterização do semanário O INTERIOR...22-23	
3.2 Pela democracia esclarecida: Projectos na sociedade civil...23-24	
Capítulo 4	
4.1 Objecto e metodologia...25-29	

Capítulo 5

5.1 Inquéritos por entrevista...30-35

5.2 A causa - manter o serviço de maternidade nos hospitais da região - e a polémica...35-40

A Guarda e o Hospital Sousa Martins

Campanha “A maternidade que nos une” e a razão da quebra de partos no HSM

5.3 2006: O Momento da Covilhã...40-42

A Covilhã e o Centro Hospitalar da Cova da Beira

Covilhã e Castelo Branco: luta pela sobrevivência de maternidade hospitalares

5.4 Caracterização das notícias publicadas no Jornal O INTERIOR...42-53

Capítulo 6

6.1 Movimentos cívicos pró-maternidade em 2006...54

6.2 Iniciativas: Campanhas, Movimentos e Personalidades em destaque...54-56

Capítulo 7

7.1 Caracterização dos espaços de opinião do Jornal O INTERIOR...57

7.2 Editoriais sobre a maternidade da Guarda (e outros)...57-58

Capítulo 8

8.1 Resultados...59-63

Conclusões...64

Referências...65-68

Anexos... 69-82

INTRODUÇÃO

Os novos jornalismo apresentarão ainda algumas indefinições, e, assim, serão tipos jornalísticos sob a forma de experimentação. Surgem divididos entre vozes discordantes que lhes contrapõem o jornalismo tradicional - como se apresenta nas obras de Carlos Camponez (2002) e de Theodore Glasser (1999) -, algumas hesitações - como acontece com a moderação do jornalista Davis Merritt (1998) e dos académicos Jay Rosen (1993) e Esterowicz (1998) sobre o tipo de participação dos jornalistas na vida pública (citados em Traquina & Mesquita, 2003) -, e, declarações sobre tentativas desenvolvidas para a sua aplicação - como está patente nos livros de Merritt (1998) e de Charity (1995).

Neste domínio surgem no jornalismo uma profusão de termos que nesta actividade profissional poderão ser tipos muito próximos. Vamos tentar distinguir alguns (jornalismo social, jornalismo público, jornalismo de utilidade pública, jornalismo de causas, jornalismo comunitário, jornalismo do cidadão, jornalismo participativo, jornalismo de proximidade).

Entre a subjectividade das escolhas dos assuntos passíveis de cobertura noticiosa e o cumprimento das normas éticas e deontológicas da profissão, afinal, como se sentem os jornalistas nas práticas dos novos jornalismo? O jornalista Mário Mesquita interroga-se neste ponto. “A questão está em saber se (...) não se corre o risco de romper (na política e no jornalismo) com o princípio de respeito pela liberdade dos outros inerente ao pluralismo de valores característico da nossa época” (2003, p. 27). Para Camponez, “contrariamente ao que a palavra ‘diálogo’ possa inicialmente sugerir, está longe de ser equilibrado” (2002, p. 18). Já no livro *Jornalismo Social: Por uma ética da comunicação*, o jornalista Luís Osório (como citado em Pinto et al. 2007, p. 152) é peremptório em afirmar que “há muito marketing”.

A obra *Jornalismo de Proximidade: Rituais de comunicação na Imprensa Regional* (Camponez, 2002) diz-nos que esta área terá uma identidade própria.

“O que liga e o que distingue o jornalista regional dos outros jornalistas do sector? A que tipo de constrangimentos está submetido este jornalismo próximo? Poderemos falar de uma imprensa alternativa? (...) A Imprensa Regional tende a assumir um discurso comprometido com as causas próximas da região” (Resumo na contracapa).

Tal singularidade, diz Amaral, pode dividir os jornalistas nas novas práticas ,e, apresenta como “ cerne do problema (...) conciliar a liberdade, a autonomia jornalística e um espírito de serviço público à sociedade“ (2012, p. 429).

Na “redescoberta das temáticas da proximidade (...) renasce o interesse (...) pelos fenómenos de comunicação local, nomeadamente os media locais e regionais” (Camponez, 2002, pp. 15-16). Em suma, “não faz sentido pensar comunidades locais sem comunicação e sem informação local” (Camponez, 2002, p. 150). Talvez possamos então dizer que a existência de referências em comum mais fortes entre os cidadãos na vida pública se encontra na Imprensa Regional.

TEMA E PROBLEMA

O tema do nosso trabalho académico reside num estudo de caso com vista à identificação do jornalismo tradicional, público e de causas, a qual acontece percorrendo (à luz dos parâmetros dos tipos enunciados) a linha e evolução das notícias sobre o encerramento do serviço de maternidade publicadas no Jornal O INTERIOR.

Esta é a nossa questão no presente relatório:

No caso das maternidades, o Interior praticou algo mais próximo do jornalismo público, do jornalismo de causas ou do jornalismo tradicional?

Na recolha de artigos sobre o tema, publicados de 2004 a 2014, procurámos perceber a aplicação de critérios das diferentes vertentes jornalísticas assinaladas, bem como tentar averiguar se alguma sobressai num ambiente específico, como é um órgão de comunicação social da Imprensa Regional (distrito da Guarda e zona da Cova da Beira).

OBJECTIVOS E HIPÓTESES

Objectivos:

1. Identificar notícias em que se evidencie a preponderância de um tipo de jornalismo
2. Procurar comprovar a existência de “jornalismo de causas” no jornal regional O INTERIOR
3. Comparar o número de artigos identificados com o carácter de cada um dos diferentes tipos de jornalismo
4. Verificar se o Jornal assume uma postura bem definida sobre o tema nos períodos de maior publicação de textos relacionados com a defesa e entraves à continuidade do serviço de maternidade do Hospital da Guarda.

Hipóteses:

1. O jornal O INTERIOR informa e esclarece os leitores através de declarações de governantes e especialistas;
2. O jornal O INTERIOR apresenta de forma neutra os movimentos cívicos que surgem em defesa da manutenção do serviço de maternidade nos hospitais da região;
3. O jornal O INTERIOR ausculta a opinião do cidadão e da comunidade num tema cujo desfecho implica consequências na estrutura social do distrito da Guarda no que toca a cuidados de saúde para os utentes;
4. Além dos textos publicados em diversas edições, o Jornal O INTERIOR desenvolve, na linha do Jornalismo Público/Cívico, iniciativas de práticas de debates entre dirigentes e representantes de instâncias partidárias e as associações/colectividades que representam os habitantes da cidade e do distrito;
5. Nas notícias do semanário e nos editoriais assinados por Luís Baptista-Martins - director de O INTERIOR - sobre a valência hospitalar da maternidade o Jornal assume de forma inequívoca a defesa da continuidade do seu funcionamento no Hospital Sousa Martins;
6. Chefia e redacção de O INTERIOR estão em consonância sobre o tipo de cobertura noticiosa dos acontecimentos.

Capítulo 1

Enquadramento teórico

1.1 Noções dos novos journalismos: algumas (in)definições

Actualmente, no mundo académico deparamo-nos com alegadas novas tipificações jornalísticas. Iremos focar-nos sobre alguns destes “novos tipos jornalísticos” e tentar distingui-los (jornalismo “social”, “público”, “cívico”, “de causas”, “comunitário”, entre outros¹).

Para Alicia Cytrynblum (como citada em Pinto *et al.* p. 74), Jornalismo Social é aquele que procura dar novo rumo aos acontecimentos nos processos sociais. Alicia Cytrynblum (2007, pp. 76-77) define todo um novo procedimento e técnicas no exercício do jornalismo social:

[Sugere] a incorporação de um jornalista especializado em organizações sociais, mas também formado em áreas específicas, para assessorar reuniões com um tema definido, e, assim: orientar os especialistas em temas económicos e políticos, na articulação com os actores sociais; indicar aos leitores formas de participação cívica com a sugestão de ferramentas adequadas. Ao fazê-lo, estará a promover o contacto público-*media*, e, a permitir que os leitores contribuam com informações como pistas para notícias, facilitando a denúncia. O Jornalismo Social conhece a sua importância na formação dos leitores, e, para alcançar um maior número, usa linguagem cuidadosa (p. ex., a palavra crianças, rapazes ou jovens, em vez de «menores»²).

Charity descreve (1995, p. 15) “alguns exemplos de assuntos de «jornalismo regular» realizados na tendência do jornalismo público (e forma como decorreram):

- Focar-se nos protestantes em vez de pressionar os responsáveis para darem soluções viáveis;
- Trabalhar primeiro nas divisões dentro da própria redacção utilizando alguns conceitos (cap. 4);

¹ Ponto de vista exprimido pelo orientador desta dissertação no decorrer do trabalho.

² N.A.: tradução livre de acordo com as ideias enunciadas pela autora.

- Na linha do jornalismo de investigação expor assuntos delicados e abordá-los de forma mais ampla dentro do tema na comunidade;
- Tratar cidadãos como actores cívicos, centrando o trabalho de cobertura nos esforços de pessoas comuns mais do que nos dirigentes;
- Em eleições insistir que os candidatos direccionem os pontos da agenda às questões colocadas por cidadãos comuns;
- Colaborar com equipas dedicadas a assuntos civis;
- Os jornais asseguram que os cidadãos se empenhem no melhoramento das relações e contrata facilitadores para coordenarem os esforços na comunidade.ⁱ

O editor acrescenta ainda outra técnica:

Através de reuniões alargadas com cidadãos do que jornalistas, estes últimos (jornalistas públicos) – pela pesquisa e análise das atitudes dos cidadãos (gravar, transcrever e classificar as conversações) – criam uma base de dados (sujeita a actualização) disponível para consulta dos repórteres da redacção, rumo a “estórias” originais e descobrir algumas importantes. É o que Arthur Charity chama “ouvir leitores com atenção inteligente” (1995, pp. 23-24). Público e *media* estão mais próximos ^{3 ii}.

Nelson Traquina enuncia a definição de jornalismo público ou jornalismo cívico de acordo com Esterowicz (como citado em Traquina & Mesquita, 2003, p. 85) como “uma tentativa de ligar os jornalistas às comunidades no interior das quais operam, colocando a distribuição dos cidadãos no centro das preocupações jornalísticas”. Por outras palavras, também o projecto *Agenda do Cidadão* apresenta, com base em outros autores (Mesquita, Dahlgren & Sparks), uma definição idêntica, na qual se entende o “(...) “jornalismo cívico” (...) [enquanto] movimento que faz referência ao reforço da participação dos públicos na cidadania e ao papel do jornalismo no reforço dessa participação (p. 11). Assim, quer para Traquina, quer para os investigadores do Projecto Agenda dos Cidadãos, o jornalismo e os seus profissionais devem assumir um papel dentro da comunidade em que se inserem, de modo a reforçar a ligação entre ambos e ajudarem a promover o empenho dos actores sociais do meio na cidadania activa. Alguns dos autores do estudo apresentaram, no Congresso *Literacia, Media e Cidadania*, a definição de “jornalismo cívico ou público [como] aprofundamento da cidadania, através de uma relação mais dinâmica com os públicos de cidadãos” (2011, p. 463).

^{3 3} N.A.: tradução livre de acordo com as ideias enunciadas pelo autor.

Carvalho coloca a ressalva que já surge com Rosen e Merritt, bem como com Mário Mesquita. Ou seja, o ponto de equilíbrio⁴ residirá numa “espécie de neutralidade pró-activa, ou participação imparcial (esta ideia surge por palavras diferentes em diferentes autores), em que a imprensa se empenha em contribuir para a procura de soluções, mas em que um jornal não defende propriamente uma solução em detrimento das outras. Esse é um debate e uma decisão que cabe aos cidadãos e instituições no espaço público que o jornal fornece e, neste caso, incentiva”⁵.

Sobre o Jornalismo Comunitário, e de acordo com Raquel Paiva (como citada em Camponez, 2002, p. 151), trata-se de “comunicação (...) orientada (...) para os objectivos e as formas de compromisso entre as partes”.⁶ Um dos principais inspiradores do jornalismo comunitário, John Dewey, formulava nos inícios do século passado que “Há mais do que um mero vínculo verbal entre as palavras comum, comunidade e comunicação. Os homens vivem em comunidade em virtude do que têm em comum; e a comunicação é o modo pelo qual põem coisas em comum” (Dewey, 1916, p.17). No desempenho da actividade jornalística, João Correia considera essencial a ética comunitarista (Tocqueville e Dewey), “já que, a essência do «bem comum», mais do que informar o cidadão, é formar a comunidade” (Christians, 1999).

Camponez fala do Jornalismo de Proximidade [mas, segundo o autor, esta característica da imprensa regional em relação à comunidade a que se dirige não será suficiente para fundamentação de um novo género de jornalismo]. Apesar de o autor indicar na sua tese que “O jornalismo cívico começa por ser um jornalismo de proximidade” (2002, p.165), contrapõe e alerta, dentro das indefinições de experiências e projectos “postular o local como um espaço predestinado à reinvenção de um certo modelo de espaço público tendo por base os valores da identidade, da proximidade e da racionalidade leva-nos a dar um salto que (...) está longe de poder ser demonstrado” (2002, p. 277).

⁴ “As opiniões são livres, os factos são sagrados”, como se inscreve no Código Deontológico do Jornalismo.

⁵ Ponto de vista exprimido pelo orientador desta dissertação no decorrer do trabalho.

⁶ O verbo Comunicar vem do latim *communicare* (partilhar informação, difundir) e este de *communis* (comum, mútuo, participado entre vários). Comum - do Latim *communis*, “comum, geral, compartilhado por muitos, público”. A fonte *mei-*, com a ideia de “trocar” gerou esta noção de “trocar entre várias pessoas”, ou seja, “tornar de todos”. In <http://etimologias.dechile.net/?comunicar>, visto em 9 Janeiro 2014.

Ou seja, para um jornalismo de tipo cívico não bastará a proximidade que caracteriza a imprensa regional e a comunidade a que se dirige.

Sobre o modo como este valor-notícia (a proximidade) acaba por se plasmar nas páginas da imprensa regional, Amaral acredita que os jornalistas têm responsabilidade já que (citando Nelson Traquina, 2000) “o modo como as questões são enquadradas impõe uma agenda de atributos que tanto pode afetar o que pensar quanto o como pensar.” (p. 384). Camponez aborda ainda a “problemática do jornalismo cívico (EUA) enquanto jornalismo de proximidade (Europa)” (2002, p. 265).

Existe ainda outra vertente dos novos jornalismo, abaixo descrito em citação de João Correia, o «jornalismo deliberativo», que vai mais ao encontro do jornalismo público, pois neste a decisão é deixada em última instância ao leitor/público/espectador. O mais importante é o debate e deliberação conjunta da comunidade com o poder político, com vista à resolução dos problemas na vida pública. O jornalista não compromete a sua objectividade profissional e não assume a defesa de algumas soluções (Correia *in* I. Morgado & A. Rosas. 2010, p. 85). O modo como João Correia descreve o jornalismo público denota também que para o autor este género demarca-se do comprometimento do jornalismo de causas por parte do órgão de comunicação social ou do jornalista.

Sobre estes dois campos jornalísticos, o projecto Agenda do Cidadão, com orientação científica de Correia, apresenta algumas diferenciações (2011, pp. 51-55)

Jornalismo público	Jornalismo deliberativo
<ul style="list-style-type: none"> • É necessário quebrar com as rotinas • Com a actual explosão de informação, a função do jornalismo desloca-se para uma função mais interventiva na formulação dos problemas pela comunidade • Influenciada pelas tendências comunitaristas (John Dewey) são diferentes da atenção às condições processuais de deliberação que afloram na neutralidade pró-activa <u>Rosen</u>, ou do empenhamento cívico que trabalha em prol da “democracia, embora sem advogar 	<ul style="list-style-type: none"> • Comprometido com a definição conflitual de bens comuns e com a legitimidade das decisões e opções colectivas que impliquem os cidadãos. (pp. 51-52) • Passa pela recusa em perder a sua dimensão e identidade de “jornalismo”, assumindo o conflito de opiniões como preservação da própria deliberação (Correia, 2010).

<p>soluções particulares” (Charity, 1995, p. 146)</p> <ul style="list-style-type: none"> • (p. 55) A informação dos jornais deve procurar aprofundar as questões e identificar os problemas das comunidades, procurando encontrar soluções para estes. 	
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

É certo que nas entrevistas que realizámos a profissionais actuais e passados, estes identificam em último lugar a denúncia como função do jornalismo regional. Por outro lado, a denúncia (do jornalismo norte-americano no início do século XX) poderá despertar a consciência do cidadão e movê-lo para fora da sua dormência e entorpecimento nos assuntos que o podem afectar na sociedade. Um sujeito social mais atento tende a questionar-se mais e, dependendo da linha e conteúdos narrativos da comunicação social, poderá ter maior capacidade de deliberação cívica e democrática.

1.2 Jornalismo de causas: na senda do jornalismo público

Propomos realizar neste item uma reflexão sobre as capacidades, limites, vantagens e inconvenientes do Jornalismo Público, mas também o modo como este pode ser o fio condutor do Jornalismo de Causas. A “redefinição da função social do jornalismo ”apresenta-se [encontra as suas causas] como “reacção à perda de credibilidade dos media, às baixas tiragens dos jornais” e, principalmente, à incapacidade demonstrada pelos jornalistas nas eleições americanas de 1988 de perceberem e reagirem às actuações dos políticos (Correia et al, 2011, p. 12).

Segundo Vítor Amaral, a tentativa de redefinição do caminho do jornalismo no futuro passa por “obrigar a comunicação social tradicional a redefinir modelos de negócio e práticas de responsabilidade social. E a imprensa regional passa também por esse mesmo desafio”. Também o projecto «Agenda dos Cidadãos» alude, entre outros fundamentos do Jornalismo Público, às “raízes teóricas e filosóficas [na] Teoria da Responsabilidade Social” (AC, p. 12). A ideia de que a “filosofia do jornalismo público (...) acaba por estar presente, diluída, dissimulada, particularmente em jornais regionais que se batem por serem mais que meros megafones de fontes e agentes da política ativa” (2012, p. 406) pode justificar-se pela noção avançada no projecto Agenda dos Cidadãos, uma vez que na “função social do jornalismo”, atribuída ao Jornalismo Público, se admite que “Os seus principais impulsionadores não o definem de uma forma unívoca, mas, apresentam-no como uma ‘ideia em acção’ e portanto passível de ser moldado e adaptado por cada uma das organizações noticiosas que o adoptarem” (AC, pp. 12-13).

Os investigadores do projecto Agenda dos Cidadãos admitem, por um lado, que a imprensa regional é passível de boa adaptação às “práticas de ‘jornalismo público’ “ (AC, pp. 18-19), e, por outro, de “algumas reservas” quanto à sua exequibilidade do lado das práticas jornalísticas e das circunstâncias da comunidade (AC, p. 95). Talvez sejam essas limitações na prática ideal do Jornalismo Público que levaram Amaral a admitir, na conclusão da sua tese, “uma sensação de chegar ao fim de um trabalho com a urgência de o questionar de novo” (2012, p. 454).

Vítor Amaral, ele próprio jornalista durante 20 anos e participante na história de alguns dos jornais que analisa na sua tese, identifica os ex-colegas associados a “uma ética de compromisso social [como realça Guilherme d’Oliveira Martins]” e, assim, acredita que, no âmbito do Jornalismo Público, assumem “estarem a cumprir uma função de alto valor social como participantes ativos e atentos, em nome da cidadania, na construção de uma sociedade local e regional mais transparente e democrática.” (2012, pp. 406-408). Para tal servirá a “reflexão de como se podem renovar as relações entre os jornalistas e o público”, assente na “(...) redefinição da responsabilidade e da utilidade social dos jornalistas neste espaço da imprensa regional (...)” (2012, pp. 429-430).

Também no contexto das causas regionais e cívicas, Vítor Amaral recorda que, salvaguardando “a neutralidade técnica da narrativa informativa, encontram-se tendências de uma certa identificação ou compromisso com determinadas causas” (2012, p. 419). Carlos Camponez, embora contra o modo de actuação do «Diário de Leiria», identifica na causa da co-incineração “um género de jornalismo de causas. (...) um jornalismo de trincheira” (2002, p. 275). Como diria Gradim, o jornalista experiente consegue contar as “estórias” com elementos sensíveis sem perder o norte da objectividade. Camponez assume postura idêntica no limbo entre os factos e as opiniões no jornalismo cívico, o qual exige, para o autor, o exercício da profissão “sem espírito de missão nem idealismos” (2002, p. 176).

O jornalismo público defende que o cidadão e as suas preocupações tenham mais voz na imprensa e façam parte da agenda mediática, e, tal apresenta algumas reservas, inclusive da direcção do Jornal O INTERIOR. Esta vinca que possa existir “interesse pessoal em que determinadas coisas sejam faladas [e, por isso, defende] que devam ser tratadas (...) com o máximo de rigor e bom senso” (2012: 430).

Na linha do Jornalismo Público, estabelecer maior proximidade e articulação entre cidadãos-media é uma experiência já desenvolvida por Charity (1995, p.15), mais centrada em cidadãos comuns como actores cívicos responsáveis, do que em dirigentes e fontes oficiais. Para Amaral, na sua visão sobre o Jornalismo Público

“Está em causa, (...) que o jornalismo (...) se interroge no seu compromisso com os ideais de participação democrática, [o que] não significa uma mudança total nas práticas das redações. Nem isso seria possível. [Seria antes] uma mudança de consciência da classe jornalística (mas também dos padrões dos meios) da relação triangular e problemática entre os *media*, a vida cívica e a esfera pública democrática”. (2012, p. 455)

Entre as possíveis soluções aos entraves encontrados na aplicação dos conceitos de Jornalismo Público, o Projeto Agenda do Cidadão defende maior articulação e cooperação “dos *media* regionais, agentes especiais e instituições de ensino e esferas públicas dos cidadãos” (2011, pp. 95-96), concretamente através de “observatórios de media” que ajudem os cidadãos a encontrarem “soluções colectivas” para os seus problemas (2011, p. 474). Nesse sentido, Vítor Amaral apresenta a ideia de “fusões, por exemplo, entre jornais e rádios locais, ou, sem elas, apostando em projetos reconvertidos profissional e tecnologicamente à qualidade” (Curran & Seaton, 2001, in Amaral, 2012, pp. 455-456).

Pensando o jornalismo público na imprensa regional, e, concretamente, no caso do jornal O INTERIOR, Vítor Amaral considera ser “Um jornalismo ao serviço de uma sociedade civil local mais informada, mais apta a pensar racionalmente o momento histórico que lhe coube como destino. Mais apta a agir pelos seus próprios interesses, quando reconhecidos como sendo comuns à generalidade da comunidade de pertença” (2012, p. 226).

1.3 Subjectividade vs Objectividade

No artigo “As Tendências comunitaristas no jornalismo cívico” (2000) o autor Mário Mesquita recorda as razões de reservas e controvérsia sobre a necessidade de equilíbrio do movimento⁷, e, assim, as suas principais objecções: jornalista participante vs jornalista; abandono do distanciamento/ observador em benefício da defesa de causas comunitárias; alheamento da Teoria da Responsabilidade Social (2003, p. 26).

Por mais que o jornalista utilize técnicas que garantem objectividade, veracidade e factualidade (como as citações, os documentos, os números e o contraditório), a própria prática profissional tem componentes subjectivas. Por vezes alega que, em função do interesse público, decide o que é notícia (entendimento particular do profissional do jornalismo - 2012, p. 422 - “escolha subjectiva” - 2002, p. 172), quais os factos a integrar na construção da notícia, e, o modo como estes são enquadrados no texto (segundo Merritt, “O próprio acto de escolher transmitir ou não um facto é um acto de participação na vida pública” - 1998, p. 96 -, e, o autor encara o “enquadramento da narrativa” como “decisão unilateral e subjectiva de quem escreve” - 1998, p. 126).

Para que a independência/ autonomia e imparcialidade/neutralidade do jornalista permaneçam na sua acção profissional (e não se concretize a ameaça preconizada por Mesquita na «contaminação» da informação da Imprensa - 2002, pp. 174-175), alguns autores designam formas de preservação: “objectividade jornalística moderada” (Merritt e Rosen, 2003, p. 12), participante imparcial/justo (Merritt, 1998, p. 96) distanciamento e honestidade” de *jornalista-observador* (Mesquita, 2003, p. 27). Camponez admite que o jornalismo cívico seja uma ponte de proximidade e compromisso do jornalista com a

⁷ É neste fino e frágil equilíbrio que Luís Baptista-Martins refere - como citámos na página 23, ponto 3.3 Rotinas Jornalísticas Diferentes- que a agenda do jornal O INTERIOR procura não subjugar-se à agenda política e institucional, ao mesmo tempo que verifica informações de particulares enviadas à redacção como acontecimento que é matéria de notícia.

comunidade e a vida pública, mas, alerta, não deve configurar-se na “agenda do cidadão” (2002, p. 172). O mesmo sucede com Vítor Amaral, o qual sustenta que apenas pontualmente é aplicável o exercício jornalístico no fórum de uma agenda do cidadão.

1.4 Identidade do jornalismo de causas

Sabemos que é um desafio caracterizar e definir o “Jornalismo de Causas”, mas alguns jornalistas da Imprensa nacional apresentaram o seu conceito sobre este “tipo”, que acaba também por ser abordado pelo Conselho Deontológico da Comissão da Carteira Profissional dos Jornalistas. De acordo com Luís Osório Pelos dados das referências, “Jornalismo de causas é, por definição, um exercício de defesa de um ponto de vista em detrimento de outro.” representa assumir um risco - “contar uma história que, por definição⁸ nunca é neutra”, e, Adelino Gomes⁹ confirma que é uma prática que implica “seguir no fio da navalha da deontologia” (Luís Osório, 2007, pp. 35-36)¹⁰. Para o jornalista Ricardo Garcia¹¹ é claro e normal que valores como “a democracia, a justiça social, os direitos humanos, entre outros” sejam “causas comuns a toda a sociedade, e também ao jornalismo” (2007, p. 37), sublinha. A mesma razão é indicada por Fernando Sousa¹², ou seja, “os jornalistas exercem a sua profissão num mundo de valores. [e realça a importância do jornalismo de causas, ao preferir esta ideia como fundamento da distinção] “entre o jornalismo e a mera comunicação social” (2007, p. 37). Também o director do Jornal O INTERIOR consente que o semanário apresente aos leitores notícias com carácter de jornalismo de causas quando praticado dentro dos interesses e preocupações sociais¹³.

O que é largamente admitido como móbil digno do jornalismo de causas são questões ligadas à solidariedade e aos direitos humanos. Mas, para além desta base, no que é dito cívico/público/democrático, a defesa neste campo é ténue e não acentuada. Os jornalistas dizem “sim, mas...” aplicando sempre ressalvas do jornalismo tradicional ou clássico. E, uma vez que todos os tipos jornalísticos têm normas, apresentamos aqui os tais limites no exercício do jornalismo de causas (indicados pelo Conselho Deontológico e por alguns jornalistas):

- Não utilizar as causas como instrumento político ou de influência¹⁴ (Luís Osório)

⁸ N.A.: Não sendo explicitada a “definição”, diremos nós que a matéria noticiosa referida por Luís Osório será a que integra valores humanitários implantados na sociedade, e, como tal, no indivíduo socializado.

⁹ Actualmente reformado e freelancer, à data Jornalista do jornal “Público” em entrevista dada via email no âmbito do trabalho académico de Sara Fernandes a 7/Novembro/2006

¹⁰ Actual director adjunto do Jornal i, Director de informação do rádio Clube Português em entrevista concedida a Sara Fernandes no âmbito do seu trabalho académico via email no âmbito deste trabalho a 6/Novembro/2006.

¹¹ Jornalista do jornal “Público”, em entrevista concedida via email, no âmbito da monografia de Sara Fernandes, a 24 de Novembro de 2006.

¹² Falecido dia 9 de Outubro de 2014 o correspondente da SIC, era Jornalista do jornal “Público”, e foi entrevistado no âmbito da monografia de Sara Fernandes via email a 5 de Dezembro de 2006.

¹³ Luís Baptista-Martins entrevistado no âmbito da tese de Vítor Amaral em 2011.

¹⁴ N.A.: Eis o motivo que para José Ricardo Carvalheiro trava a possibilidade de uma possível existência legítima do jornalismo de causas. Na nossa orientação para realização do presente trabalho académico o docente da UBI indica que, “apesar de não estar teoricamente muito trabalhado, está conotado ao nível

- Manter a independência no agendamento noticioso (Adelino Gomes)
- Não interferir no “ajuizamento livre e sereno por parte do público”. (comunicado do Conselho Deontológico do Sindicato de Jornalistas)¹⁵

Sobre este último ponto (também sublinhado pelos mentores do jornalismo público Arthur Charity, Davis Merritt e Jay Rosen, bem como por João Carlos Correia no “jornalismo deliberativo”¹⁶), consideramos importante citar o texto de comunicado do CD¹⁷, sobre a forma unívoca como defende o jornalismo de investigação:

“(…) com uma única ferramenta ética. (...) [que consiste em] proporcionar aos cidadãos as informações e reflexões necessárias para que estes possam tomar decisões responsáveis, tanto a nível colectivo (como votar, por exemplo), a nível interactivo (participar em petições ou outras iniciativas cívicas [dirigidas a organismos públicos, nacionais e internacionais]) ou mesmo a nível individual (cuidados de saúde, higiene ou alimentação, nomeadamente). Mas quem toma as decisões é o cidadão receptor da mensagem jornalística, não são os jornalistas que a tomam em nome do cidadão (...)”¹⁸

Procuramos, então, enunciar pontos em comum e pontos de diferença entre os tipos jornalísticos que se questionam no nosso relatório:

IDEAIS/TIPO	Jornalismo tradicional	Jornalismo Público	Jornalismo de causas
1. Defesa de um ponto de vista	não	não	sim
2. Assume posição nos temas das notícias (defesa de causas humanas - pobreza, exclusão social e outras; político-partidárias) / Notícias visam temas de interesse público (política, cultura, justiça, saúde, desenvolvimento regional)	Interesse público	Interesse público	Causas humanas e outras
3. Acto jornalístico: informar e explicar; investigar e denunciar	Informar e explicar	Investigar e denunciar	Investigar e denunciar
4. Agenda noticiosa não é ditada nem pelo poder público nem pelos movimentos de cidadãos	Não condicionada	Não condicionada	Condicionada
5. A decisão (escolha) cabe ao público	Sim	Sim	Não
6. Proporcionar informações e reflexões para o cidadão tomar decisões responsáveis / Apresenta	Sim	Sim	Não

da linguagem comum com a defesa (ou a recusa) de uma solução concreta, ou seja, o jornal torna-se expressamente um agente político”.

¹⁵ “Conselho Deontológico critica transgressões éticas na cobertura de alegados casos de pedofilia”. Publicado a 12/12/2002 Comunicados; <http://www.jornalistas.eu/?n=1007>, visto em 16 janeiro 2015.

¹⁶ V. pp. 6-11

¹⁷ A respeito do referendo ao aborto realizado em Portugal em 2007, o editorial do jornal «Público» é claro neste objectivo, isto é, ajudar “os leitores a entender melhor o que está em causa no debate e a escrutinar os argumentos (...) O nosso objectivo é enriquecer o debate (...) [na] contribuição para o debate democrático”. (O PRÓXIMO REFERENDO, editorial, 28/01/2007 - 00:00; <http://www.publico.pt/destaque/jornal/o-proximo-referendo->

¹⁸ Ibidem, CD

diferentes dados informativos que permitem ao público tirar as suas próprias conclusões			
7. Citam sobretudo fontes oficiais (cargos importantes e especialistas) / Vive entre a redacção e sedes de organismos públicos reconhecidos	Sim	Não	Não
8. Nas eleições promovem debates: entre candidatos; entre candidatos e cidadãos	Entre candidatos	Entre candidatos e cidadãos	Entre candidatos e cidadãos
9. Incita a acção da cidadania e insere-se na comunidade (p. ex., divulga e promove a região)	Não	Sim	Sim
10. Género Informativo com reportagens originadas: na rotina, enunciadas na terceira pessoa, visando, sobretudo, acontecimentos / por investigação; enunciadas na primeira pessoa, sobre um tema ou uma pessoa	Rotina profissional	Investigação	Investigação
11. Assumem formato e conteúdo: curto, de narrativa e descrição, com citações e linguagem formal; grande, interpretativo, explicativo e de linguagem semi-coloquial	Curto	Explicativo	Interpretativo
12. Valência/tom: neutro; positivo ou negativo, mas também equilibrado	Neutro	Equilibrado	Positivo ou negativo
13. Fontes características: oficiais, documentais, externas; não oficiais, internas e de características humanas	Oficiais, documentais, externas	Oficiais e não oficiais, internas e de características humanas	Não oficiais, internas e de características humanas
14. Personagens/actores do texto: Quadros superiores e especialistas intelectuais/científicos; A classe profissional é indiferente	Quadros superiores e especialistas intelectuais/científicos	Quadros superiores e especialistas intelectuais/científicos	A classe profissional é indiferente
15. Pluralidade com dois ou mais pontos de vista	Sim	Sim	Não (1 só)
16. Assinatura da peça pelo jornalista, jornal ou peça de agência	As três são possíveis	Pelo jornalista	Pelo jornalista
17. Enquadramento: episódico, de acontecimento fechado ou a decorrer, mas sem suscitar discussão; temático, de debate (com discussão)	Episódico	Debate	Debate
18. Título: informativo, indicativo ou explicativo, expressivo formal, categórico e declarativo;	Informativo	Apelativo	Apelativo

expressivo e apelativo			
19. Selecção da informação: pela actualidade e relevância; pela actualidade, relevância, insólito e consequências	Actualidade	Consequências na vida pública	Consequências
20. Linhas mestras: Rigor (Veracidade) e objectividade (imparcialidade); Verdade e honestidade	Rigor e objectividade	Verdade e honestidade	Verdade e honestidade

Capítulo 2

2.1 Ética dos Novos Jornalismo

Antes de falar de ética do jornalismo, será importante recordarmos que ética, deontologia e moral se encontram em planos diferentes: o social, o profissional e o pessoal. Num plano subjectivo, só o próprio sujeito pode decidir sobre actuar ou não de acordo com as normas. Ou seja, a sua ética pessoal defronta-se com a moral social. Será ainda a ética que lhe serve de guia no exercício profissional, neste caso concreto, para que o jornalista assuma a responsabilidade social das consequências e impacto que o seu trabalho e o órgão de comunicação em que trabalha (enquanto medium, para designarmos o termo como meio ou via, i. é, canal) podem influir sobre o público. Não deverá, diremos, manipular o ajuizamento do leitor, p. ex., assumindo uma posição perante um acontecimento com traços sensíveis na comunidade onde actua. Os meios de comunicação social, de acordo com o jornalismo público, terão a responsabilidade social de contribuir para o progresso da sociedade e melhoria do bem do indivíduo através do funcionamento correcto do espaço público social que se dirá como democracia [um dos princípios do jornalismo social, i.é, estar atento à actuação de responsáveis em organismos públicos e denunciar algumas anomalias].

Vejamos então que a ética do jornalista é sua, é pessoal, não é ditada pelo órgão no qual trabalha. Este rege-se pelas normas do código deontológico, e, assim, dita as regras do comportamento e atitude profissionais do jornalista. Contudo, deveremos ter presente que ambas - ética e deontologia - se situam no plano da praxis (prática). É a subjectividade do profissional em confronto com a objectividade jornalística (isenção, imparcialidade, neutralidade). Se voltamos a sublinhar esta ideia é porque nos parece que é este o ponto fulcral que funciona na separação entre jornalismo público ou civil e jornalismo clássico ou tradicional, podendo torná-los géneros diametralmente opostos. Neste último será já comum que - quer pela formação quer pela prática continuada - o jornalista acabe por interiorizar, assumir e professar - sem qualquer conflito interno e contestação - as regras deontológicas da sua profissão.

No fundo, é isso mesmo que - hoje tal como no passado - sucede em geral ou maioritariamente com os jornalistas enquanto profissionais. A dificuldade na recriação, no repensar o carácter e rumo do jornalismo será - diremos, após as teorias que previamente expusemos - o enraizamento profundo das normas tradicionais e recusa (mesmo pelos profissionais e académicos defensores do jornalismo cívico) em abandonar e fazer tábua rasa das mesmas. É decidir entre informar e formar, ser exclusivamente profissional ou ser também agente social, a tentativa de distinção entre veracidade e honestidade, entre o humano e o técnico.

Contudo, existe um ponto no qual jornalismo tradicional e jornalismo cívico poderão encontrar-se: centrar-se em temas classificados como sendo de interesse público e, ao sê-lo, adquirirem imediata legitimidade para se transformarem em notícia. Esta decisão poderá ser o «calcanhar de Aquiles» do jornalismo clássico, pois, se este defende rigor e objectividade absolutas das notícias, não deixará de ser particular - e, portanto, subjectiva - a identificação do facto-notícia e a forma como o mesmo se articula e constrói no texto da notícia. Após dissertarmos já de modo alongado nas considerações sobre o jornalista cidadão e o jornalista profissional, vamos então ao encontro do que alguns autores designam como linhas de orientação no aparecimento e tentativas de aprovação de novos tipos de jornalismo.

Arthur Charity (1995, pp. 144, 146) dita a “regra de ouro, a linha ética do Jornalismo Público (...), *o jornalismo deve defender a democracia sem defender soluções concretas*”. Assim, o jornalista pode assumir, nessa defesa da democracia, a postura de vigiar o poder político e denunciar situações. Porém, este profissional não aponta soluções finais. Apenas deixa pistas para o debate no espaço público.

Guilherme d’Oliveira Martins (como citado por Pinto et al., 2007, p.12) identifica dois complementos indispensáveis na prática do jornalismo público, postulando que é importante haver ética da convicção e ética do compromisso. Tal reside, nas suas palavras, em:

“chamar a atenção para situações de exclusão, de injustiça, divulgar com rigor informações sobre a humanidade e a desumanidade. [O jornalista] pode contribuir para encontrar respostas da sociedade e para mobilizar a participação cívica. [No entanto], não [deve] confundir os planos do rigor informativo e da acção cívica [e sim] compreender que não pode haver indiferença em relação à dignidade humana. (...) Comunicar obriga a usar os deveres profissionais num sentido de humanização, de respeito e salvaguarda da dignidade das pessoas”.

Charity cita Mathews (1995, p. 47), ao defender que o jornalista deve ajudar a prevenir o aparecimento dos problemas, mais do que ajudar os cidadãos a comprometerem-se para encontrarem soluções, pois, “será pouco provável conseguirem criar o sentido de comunidade no meio de um grande conflito” . Nos seus “Projectos de escutar”, o editor refere que em vez da norma de não se envolver, o Jornalismo Público assume como regra ouvir com atenção o público (1995, p. 21).

No texto de Jay Rosen «Para além da objectividade» (como citado em Traquina & Mesquita, 2003, p. 76), esta é apresentada como “teoria da busca e de como chegar à verdade (...), [vulgo] «teoria da separação» (factos/valores; informação/opinião; notícias/pontos de vista)”. Aqui reside para Rosen a principal distinção entre jornalismo tradicional e jornalismo público. Diz o estudioso (como citado em Traquina & Mesquita, 2003, p. 55), “pensa-se que um bom jornalista separa factos de valores, a razão da emoção, a realidade da retórica. (...)

Operar bem os cortes é (...) tarefa tradicional da ética jornalística”. UMA NOVA FILOSOFIA E MENTALIDADE

Para Merritt (1998, p. 96), “a mudança sobre o jornalismo tradicional não representa abdicar de notícias legítimas. Os jornalistas devem desenvolver uma filosofia de trabalho de participação - a do participante imparcial [como já indicámos no ponto Subjectividade vs Objectividade]. A sua função não é determinar a escolha, mas ajudar a conseguir uma decisão”. O “parágrafo fundamental” pretende, segundo o jornalista (1998, p. 123), tornar “claras as consequências das escolhas públicas alternativas. (...) [Contudo,] o parágrafo não indica a melhor escolha; essa decisão pertence aos cidadãos”.

Davis Merritt (1998, pp. 139-140) defende mesmo que:

“o Jornalismo Público implica mudanças de mentalidade:

- a) Ir do distanciamento à participação imparcial na vida pública. Os praticantes de Jornalismo Público sabem que são cidadãos tal como jornalistas, pessoas com interesses num processo que precisa da sua presença;
- b) Ir da preocupação com as separações correctas para as ligações indicadas. Se conseguirmos criar bem as devidas ligações, a separações tratar-se-ão sozinhas;
- c) Implica ir além de descrever o que está mal para também imaginar como seria se estivesse bem. Isto é, informam as pessoas sobre as suas potenciais escolhas para o futuro.

A nova filosofia e mentalidade indicados implicam perceber que: 1) Os jornalistas são actores, mesmo que o seu papel não deva ser partidário; 2) O papel mencionado impõe a obrigação de construir capital cívico, um resíduo do conhecimento público e da experiência” (Merritt, 1998, p. 142).

2.2 Ética da Imprensa Regional

Após a distinção e complementaridade entre ética, deontologia e moral (a qual já enunciámos no ponto anterior, considerando o jornalismo no plano nacional e regional), questionámo-nos e procurámos o conceito e linhas orientadoras de uma possível ética da imprensa regional, concretamente no raciocínio realizado a este respeito pelo estudioso Carlos Camponez no jornalismo de proximidade (citado in Correia, 2012). Uma das razões que fez interrogarmo-nos reside no facto de o próprio chefe de redacção do Jornal O INTERIOR admitir que o jornalismo realizado nos órgãos de comunicação regionais e locais ainda está muito próximo do que é feito no jornalismo nacional. A proximidade, como valor-notícia, é colocada à cabeça pelos nossos entrevistados na identificação da noticiabilidade de um acontecimento, delegando menor valor ao impacto na sociedade.

8. FACTORES DE NOTICIABILIDADE DO ACONTECIMENTO									
	Luís Martins	Ricardo Cordeiro	Patrícia Correia	Liliana Correia	Rita Lopes	Sara Quelhas	Fábio Gomes	TOTAIS	TOTAIS %
Proximidade	1	2	3	2	1	1	2	1	43%
Actualidade	2	1	4	1	3	2	1	2	43%
Surpreender	4	3	5	3	4	4	4	4	0%
Afectar sociedade	3	4	1	4	2	3	3	3	14%
Afectar elites	5	5	2	5	5	5	5	5	0%

O académico evidencia a objectividade e necessidade de distanciamento do jornalista (mais concretos do seu ponto de vista), não esquecendo nunca que são critérios-base reconhecidos no jornalismo tradicional para exercício da profissão. Existe, segundo Camponez, o risco do “activismo”¹⁹. Se falarmos de “jornalismo de causas”, o autor considera que ainda não está balizada a “intervenção dos *media* em causas públicas da sua região” (Camponez, 2012, p. 45).

O autor assume uma perspectiva crítica, atribuindo à proximidade uma componente ainda demasiado teórica - quiçá dúbia e idealista, pelo que nos parece entender na sua leitura -, à qual falta normatividade prática concreta, assume-se demasiado como estratégia com a audiência. Portanto, o caminho a percorrer pela imprensa regional ainda está longe da concretização. Por fim, poderemos concluir da análise de Camponez que na imprensa regional a ética é a do jornalismo tradicional, e, que a deontologia apresenta mais dificuldades do que acontece na imprensa nacional.

2.3 Rotinas Jornalísticas Diferentes

Na década de 1980 encontram-se, para as práticas do jornalismo cívico, experiências realizadas, por exemplo, no Wichita Eagle. O próprio editor defende uma mudança na qual os jornalistas se tornem ‘participantes justos’ na comunidade. Começando pelo sujeito que o jornalismo público pretende envolver e comprometer na vida pública, Merritt identifica alguns passos, entre os quais:

- a) procurar ter novo entendimento e relação com os *media*, buscando além da informação a sua utilidade, e, se não for encontrada, reivindicá-la;
- b) convocar as associações e instituições de que fazemos parte para responderem aos *media* e gerarem feedback (1998, pp. 144-145)

¹⁹ Palavra ligada à política, sindicatos e associações, sendo concretizada em campanhas ou manifestações. A este propósito referimos, a título de exemplo, que um dos movimentos pró-maternidade foi encabeçado pela dirigente sindical Sofia Monteiro.

Para informar melhor, o jornalismo procura colocar em prática nas notícias o «princípio do contraditório» (ideias em confronto, opostas ou antagónicas). Porém, ao fazê-lo, Yankelovich (1991) diz que poderão correr o risco de perder outras perspectivas. João Carlos Correia aborda a questão de modo diferente, pois para o autor o aspecto que estará em causa ao enaltecer a noção de opinião pública será correr o risco de generalizar a toda a sociedade o entendimento que se dirá comum sobre determinado assunto, tendo em conta o que é expresso por uma maioria, que se pretende ser representativa daquela, quando, na verdade, mesmo que minoritárias, existirão outros pontos de vista, que acabam por ser ignorados (Correia, 2005). A ideia de interacção e diálogo defendida pelo docente da UBI parece ganhar corpo no jornal O INTERIOR, como encontramos nas declarações em entrevista na dissertação de Rita Brito (2009, p. 112) ²⁰, na qual o director Luís Baptista-Martins indica que o debate “foi uma forma que nós encontrámos de permitir que os cidadãos tivessem uma postura cívica mais activa”. Isto tendo por certo que os meios de comunicação social não conseguiriam abarcar todas as posições, pois não existe tempo nem espaço nas matérias noticiosas para produzir informação no modo indicado por Yankelovich.

A agenda mediática é a agenda mediática, no mundo académico e no meio profissional. Assim, o director e o de O INTERIOR defende, em entrevista a Rita Brito, que o jornalista é que faz a triagem, porque os cidadãos também têm interesses particulares. Afinal, diremos, interesse público é diferente de interesse (privado) do público (cidadãos comuns). Citando Luís Baptista-Martins²¹, “os editores e os jornalistas é que fazem a selecção do que é ou não relevante relatar no órgão de comunicação social para o resto da comunidade, e isso denota o que é realmente de interesse público. [Considera ainda o responsável que] O Jornalismo Público tem essa incapacidade que à partida tudo interessa, mas não é verdade. Nem tudo interessa. [Contudo, ressalva,] a agenda dos jornais é orientada pelas preocupações das elites locais e pelas preocupações dos cidadãos locais”.

Na entrevista cedida para a tese de Vítor Amaral, o director do jornal O INTERIOR, Luís Baptista-Martins, explica como é difícil para este órgão agendar em equilíbrio os pontos de vista jornalístico, político e cívico:

“Faz sentido não sermos reféns dos poderes nem das agendas de uma administração pública, das instituições, mas também ficar dependente da agenda do cidadão é complicado. (...) Todos querem tudo e o jornalista tem que ter essa capacidade de fazer a triagem (...) Temos de equilibrar aquilo que pode ser, de fato, do interesse do cidadão, em termos de agenda, com as demais agendas importantes. Defendo a independência de qualquer agenda, o que é difícil”. (citado in Amaral, 2012, p. 431, e, anexo X, pp. 16-17).

²⁰ Luís Baptista-Martins exemplifica, “Nós organizámos, nas eleições anteriores [2005], nos últimos anos, debates com os candidatos em público, com a presença das pessoas e com a disponibilidade das mesmas pudermos colocar questões. (...) outro exemplo foi num grande debate realizado em Fevereiro de 2004, na Guarda, sobre o projecto de criação das comunidades urbanas, em que tivemos o Secretário de Estado, Miguel Relvas, que era o autor do projecto no Governo da altura sobre as comunidades urbanas, onde esteve presente o Presidente da Câmara da Covilhã e a Presidente da Câmara da Guarda, alguns deputados e cerca de 400 cidadãos da Guarda”. (2009, Anexo I, pp. 111-112)

²¹ *idem*.

Ainda em termos de ética do profissional do jornalismo, convirá referir o ponto 4 dos “Princípios e Normas de Conduta Profissional” (1998) do jornalista do «Público»: “[No] tratamento distanciado e descomprometido de qualquer assunto. Não está obviamente em causa o direito de os jornalistas pertencerem a qualquer organização política ou de outra natureza: o jornalista é um cidadão no pleno gozo dos seus direitos constitucionais. Pode ter o clube que quiser e o partido que entender, as opiniões e as crenças que preferir. Mas não deve nunca confundir as suas opções privadas com as actividades que exerce publicamente” (1998, p. 36). Poderemos daqui inferir que o jornalista enquanto cidadão é livre de assumir preferências e ideais em qualquer campo (desporto, política, religião, etc.). Todavia, o cidadão enquanto jornalista profissional não deve jamais deixá-las transparecer no seu trabalho.

Acontece, contudo, que o Projecto «Agenda do Cidadão» refere que, na “forma como encaram a democracia”, a “percepção que [o jornalista] tem do papel que o actor social, potencial leitor, deverá ter na vida de uma democracia” e as suas “orientações político-ideológicas” não deverão diferir muito do tecido social português dentro do contexto e circunstâncias históricas vividas (2011, p. 52). Mesmo estes aspectos não dirão tudo das motivações e intenções reais de iniciativas na sociedade.

Existe sempre a face e o verso da moeda. Por um lado, segundo Carvalheiro, existe a propensão para que “os cidadãos sejam participantes na definição de quais são os acontecimentos e os temas que o jornal deve agendar”. Isto é, em diversas ocasiões os cidadãos (sejam membros políticos, associativos, sindicalistas ou outros) tentam chegar às redacções, o que leva a agenda da edição dos jornais a ser constituída muitas vezes pelos mails transformados pelos jornalistas em breves. Ou seja, denota-se alguma “preponderância de «jornalismo de agenda» ou «jornalismo de serviço»”, o qual “exige os dados mínimos (O quê? Quem? Quando?), não se verificando, na maior parte dos casos, um aprofundamento dos factos” (Correia *et al*, 2011, p. 38).

Por outro lado, como refere Carvalheiro, “existe o recurso aos cidadãos como fontes de informação acerca de um determinado acontecimento que os jornalistas decidem pôr em agenda”. Portanto, o jornalista também procura o cidadão como fonte de informação, tentando encontrar em alguns temas os testemunhos de pessoas que assistiram a um acontecimento, pelo que os

“cidadãos têm um papel muito importante na recolha de informação. [Mas] entre o processo de recolha da informação e a construção noticiosa, estas informações veiculadas pelos cidadãos são desvalorizadas, (...) as vozes destes cidadãos não são, na maior parte dos casos, consideradas na elaboração das peças jornalísticas” (Correia *et al*, 2011, p. 30).

O modo como a informação chega aos jornalistas de O INTERIOR é também um reflexo da forma de agendamento que é assumida pelo próprio director, o qual realça o facto de a sede do jornal se situar longe do poder local. Ao longo do estágio curricular, verificámos ainda que as pessoas se deslocam directamente ao jornal para transmitirem à redacção informações

que, após verificadas, podem vir a constituir notícia deste semanário. Segundo o director Baptista-Martins,

“as principais fontes (...) aqui são os partidos, os poderes, a administração...Isto é complicado porque incentiva-nos sempre a ficarmos na mão deles. Todos os poderes querem isso. Felizmente o fato de estarmos longe da administração [em termos físicos, a sede do jornal fica na Guarda-Gare longe do centro administrativo e político da cidade] é uma vantagem porque têm menos proximidade. Embora nos possa passar muita coisa ao lado, mas estando menos perto, aparecem menos [na] redação [para] mandar os seus «recados» como fazem com as demais redações. (...) No geral, o jornal conseguiu alcançar um certo patamar de presença na comunidade. Acaba por ser interessante, por exemplo, que uma professora nos telefone a denunciar uma situação; uma mãe que antes não se sentia à vontade para dizer nada venha aqui com um relato disto ou daquilo. (...) algumas coisas sem interesse, outras mais interessantes. Fazemos a triagem”. (citado *in* Amaral, 2012, anexo entrevistas, pp. 13-14)

Enquanto jornalista, Vítor Amaral garante, pela sua experiência, que “nenhum modelo ou prática jornalística sobreviveria numa ingénua deriva de mobilização do «povo» ou das «pessoas comuns» em contraponto com o abandono de um agendamento mais focado nos círculos dos poderes e das suas fontes mais «credíveis» ” (2012, p. 420).

Capítulo 3

3.1 História e caracterização do Semanário O INTERIOR

O Jornal O INTERIOR²² surgiu no início de 1999²³, como os próprios precursores afirmaram, para marcar a diferença e preencher um espaço mais abrangente, ao²⁴ “ultrapassar a barreira psicológica que sempre opôs as duas cidades que estão na génese do projecto «O Interior». A Guarda e a Covilhã são duas referências estratégicas no desenvolvimento da região, cuja aproximação pode determinar um crescimento equilibrado”.

Mais além do editorial, o texto que o acompanha no número zero do jornal O INTERIOR - “A aventura de um novo jornal: Dar vida ao Interior” - poderá demonstrar como esta publicação apresentará, desde o início, inclinação para práticas consentâneas com o jornalismo cívico ou público. Ainda que hoje lamentem a falta de adesão dos cidadãos às iniciativas de incentivo à sua participação nas temáticas noticiosas e de promoção de debate público, o objectivo estava inscrito no aparecimento de O INTERIOR em 1999.

A edição de 12 Janeiro de 2001 apresenta não só as primeiras páginas e respectivos resumos - “1º ano de notícias” (pp. 18-19) -, como também os “depoimentos”²⁵ de alguns leitores, que acabam por ser personalidades em destaque na sociedade (em concreto, dirigentes políticos, sindicais e associativos da região), e, sem notas das opiniões de cidadãos anónimos.

Já no segundo aniversário do Jornal O INTERIOR, o director Luís Baptista-Martins traçava novos objectivos e lançava o desafio ao público leitor: “(...) conquistámos paulatinamente as pessoas mais atentas e preocupadas. (...) Aos nossos leitores (...) convidamo-los a continuarem connosco, mas não de uma forma passiva, a enviar-nos as suas mensagens, as suas reclamações, as suas opiniões. Seremos cada vez mais um jornal para todos.” (“Falar de nós”, p. 21)

Noutro sentido, constatamos também o reconhecimento do jornal regional O INTERIOR pelo jornal nacional EXPRESSO. O primeiro foi eleito, em 2003, para integrar a parceria “Expresso em Rede”, o que manifesta que - para o distrito da Guarda - é neste título que o EXPRESSO

²² Propriedade da JORINTERIOR - Jornal - O Interior, Ld.^a, sendo detentores de mais de 10% do capital da empresa José Luís Carrilho Agostinho e Luís Augusto Baptista Martins. Apresenta actualmente uma tiragem de 8.000 a 10.000 exemplares.

²³ Colocamos no Anexo IV textos que poderão ser importantes para revelar elementos identificadores do carácter da publicação O INTERIOR. Em concreto: 14 Janeiro 1999 - Ano 0 n.º 0, *Estatuto editorial*, secção «espaço público», p. 14; e, 2 Junho 2000 - Ano 1, n.º 20, Editorial “O provador de valores”, LBMartins, p. 12

²⁴ V. Anexo VI, 2 Junho 2000 - Ano 1, n.º 20. “A aventura de um novo jornal. Dar vida ao Interior”, LBMartins.

²⁵ Ver anexo VII, edição de 12 Janeiro de 2001 - “1º ano de notícias”; “Depoimentos”, p. 20.

aposta para a estratégia de «exploração» do potencial da imprensa regional na valorização da informação nacional e prossecução da tendência de evolução dos *media*.

Percebe-se também que este será um jornal que acompanha a mudança dos tempos na sociedade e a adaptação realizada a esta pelos *media*, nomeadamente através do desenvolvimento tecnológico e de plataformas multimédia (o site e o canal web tv)²⁶.

Vejamos no jornal O INTERIOR um exemplo concreto que assume os dois traços que separam o jornalismo clássico e o jornalismo público. Este trata-se da divisão entre notícias que dão mais visibilidade a figuras públicas, e, notícias que citam declarações que envolvem pelo menos uma pessoa menos conhecida do público. N'O INTERIOR, a rubrica “Cara a Cara” apresenta em formato de entrevista directa pessoas que se destacam no período de actualidade da respectiva semana ou mês, podendo estas ser, por exemplo, dirigentes responsáveis por uma associação da região, ou autores de um projecto distinguido na sociedade. Ou seja, por norma, trata-se de «mostrar» o rosto de quem está à frente dos destinos de um organismo, ou de «dar» rosto perante os leitores - no sentido da visibilidade - a quem tem iniciativas diferentes. Existe sempre um(a) protagonista. Contudo, no primeiro caso, a «personagem» tem visibilidade de figura pública na sociedade, enquanto no segundo é a(o) cidadã(o) que promove acções na sociedade.

A investigação do «Projecto Agenda do Cidadão» identifica “uma tendência (...) segundo a qual o agendamento realizado (...) passa essencialmente pela ênfase nas instituições e quem as representa na esfera pública” (2011, p. 78) [v. comentário 3, anexo VII, «depoimentos»].

3.2 Pela democracia esclarecida: Projectos na sociedade civil

Para além da proximidade intrínseca ao jornalismo regional, todos os nossos entrevistados conferem à publicação da Guarda, não só a função informativa, como também o carácter de agente social responsável. Ou seja, O INTERIOR não só acompanha os problemas da região - opinião unânime no inquérito -, como também procura contribuir para o progresso da região, como poderemos verificar pelas parcerias do Jornal O INTERIOR com a Associação Comercial da Guarda e a AENEBEIRA (Associação de Empresários do Nordeste da Beira Alta). Além de participar em colóquios e outras exposições temáticas de organismos da região, o próprio órgão de comunicação promove debates (elemento apontado na identificação do jornalismo público). O debate entre os cidadãos da Guarda, autarcas da região e membros do Governo aquando da criação das CIM (Comunidades Intermunicipais), em Fevereiro de 2004, é um dos exemplos indicados por Liliana Correia, ex-jornalista do semanário, como exemplo de causa assumida pela publicação (inquérito por entrevista).

²⁶ Em Abril de 2009 o Jornal estreia o site, e, logo três meses depois, no dia 2 de Julho, lança OINTERIOR.TV WebTV, o que para o director é “Mais um passo...” significativo: “O INTERIOR é o primeiro jornal regional a lançar uma web tv. A O INTERIOR TV está acessível em www.ointerior.tv” (in p. 8, 31 Dezembro 2009)

De acordo com o Projecto «Agenda do Cidadão» é preciso ter especial cuidado com “A ideia de tentar mobilizar os cidadãos para a discussão em fóruns públicos dos temas considerados prioritários (...) [é uma] questão que, entre os vários ideais subjacentes ao jornalismo público, acaba por ser das mais controversas. (...) pelo facto de os críticos considerarem que essas práticas representam o abandono de concepções tradicionais de jornalismo e levam a um envolvimento dos próprios actores na defesa das causas” (2011, pp. 55-56). Mas, também na investigação do LabCom, os jornalistas entrevistados não temem que essa iniciativa e postura coloquem em causa a sua isenção e independência.

Capítulo 4

4.1 Objecto e metodologia

Tendo analisado bibliograficamente diferentes conceitos de novos géneros jornalísticos - com ênfase no jornalismo público ou cívico, e, no “jornalismo de causas” -, e, sendo certo que os mesmos já foram abordados e explanados nos trabalhos académicos de outros autores, procuramos realizar um estudo de caso no que toca à Imprensa Regional como uma nova tentativa de contributo para averiguar a aplicação destes géneros, partindo sempre do jornalismo tradicional, tomando como exemplo concreto o Jornal O INTERIOR.

A este respeito, recordamos os nossos objectivos e as nossas hipóteses, colocados de modo a responder à questão principal:

No caso das maternidades, o Interior praticou algo mais próximo do jornalismo público, do jornalismo de causas ou do jornalismo tradicional?

Objectivos:

1. Identificar os tipos de jornalismo preponderantes nas notícias em análise
2. Comparar o número de artigos identificados com o carácter de cada um dos diferentes tipos de jornalismo;
3. Verificar se o Jornal assume uma postura bem definida sobre o tema nos períodos de maior publicação de textos relacionados com a defesa e entraves à continuidade do serviço de maternidade do Hospital da Guarda.
4. Procurar comprovar a existência de “jornalismo de causas” no jornal regional O INTERIOR

Hipóteses:

1. O jornal O INTERIOR informa e esclarece os leitores através de declarações de governantes e especialistas;
2. O jornal O INTERIOR apresenta de forma neutra os movimentos cívicos que surgem em defesa da manutenção do serviço de maternidade nos hospitais da região;
3. O jornal O INTERIOR ausculta a opinião do cidadão e da comunidade num tema cujo desfecho implica consequências na estrutura social do distrito da Guarda no que toca a cuidados de saúde para os utentes;
4. Além dos textos publicados em diversas edições, o Jornal O INTERIOR desenvolve, na linha do Jornalismo Público/Cívico, iniciativas de práticas de debates entre dirigentes e representantes de instâncias partidárias e as associações/colectividades que representam os habitantes da cidade e do distrito
5. Os jornalistas da redacção de O INTERIOR revelam na construção das notícias o tipo de jornalismo com o qual mais se identificam;

6. Nas notícias do semanário e nos editoriais assinados por Luís Baptista-Martins - director de O INTERIOR - sobre a valência hospitalar da maternidade o Jornal assume de forma inequívoca a defesa da continuidade do seu funcionamento no Hospital Sousa Martins;

7. Chefia e redacção de O INTERIOR estão em consonância sobre o tipo de cobertura noticiosa dos acontecimentos.

Em concreto escolhemos o Jornal O INTERIOR, órgão no qual realizámos o nosso estágio curricular, e os traços (em categorias e variáveis) que encontramos nas notícias deste medium sobre o encerramento ou continuidade da maternidade nos hospitais da região. Este tema, como vamos procurar demonstrar, assumiu especial relevo em várias publicações de O INTERIOR na década 2004-2014 e poderá demonstrar se impera nos textos o jornalismo clássico, o jornalismo público, ou, o “jornalismo de causas”, pois as notícias poderão dar-nos respostas diferentes das proferidas pelos entrevistados neste domínio. Ou seja, tentaremos perceber se o jornalismo regional: 1) pretende manter uma postura ‘objectiva’, de puro relato que não interfere com a realidade, ou, 2) se os jornalistas regionais se tornam - como dizem Rosen e Correia - agentes sociais que se mantêm participantes imparciais e justos, ou, ainda, 3) se os jornalistas regionais põem em acção uma lógica de tomada de partido. Aproveitamos ainda para verificar eventuais ligações entre o género informativo (notícias objectivas, neutras, imparciais) e géneros opinativos (artigos de opinião, crónicas e editoriais).

O nosso *corpus* de análise é composto por um total de 67 peças nestes 10 anos no Jornal O INTERIOR, sobre a continuidade do serviço de maternidade no Hospital o género noticioso. Dos textos opinativos optámos por analisar oito textos situados nas secções Editorial (5 textos assinados pelo director Luís Baptista-Martins), e, crónica Menos que Zero (3 artigos da autoria de João Canavilhas, membro do Conselho Editorial de O INTERIOR)²⁷.

Além das categorias, teremos em conta diferentes variáveis nos 75 textos já referidos, como podemos verificar nas tabelas que se seguem.

²⁷ Justificamos a nossa escolha para focar melhor a resposta à questão do presente relatório: Editorial (textos que representam a posição oficial do Jornal sobre um tema ao serem redigidos e assinados pelo director de O INTERIOR), e, crónica Menos que Zero (artigos da autoria de João Canavilhas, membro do Conselho Editorial de O INTERIOR, e, portanto, também representativos de parte da posição do próprio Jornal)

Métodos de análise dos dados:

- Métodos e técnicas quantitativas: inquéritos por entrevista; análise de conteúdo das mensagens informativas processado em Excel com as categorias e variáveis já enunciadas para confirmação de hipótese sobre a preponderância de um dos géneros jornalísticos (tradicional, público ou de causas) no caso concreto da questão do encerramento das maternidades nos hospitais da Beira Interior.
- Métodos e técnicas qualitativas: observação directa; e, estudo de caso.

Para a recolha de dados utilizamos como métodos a pesquisa de arquivo online, bem como, sete inquéritos por entrevista²⁸ (endereçoados a Luís Baptista-Martins, director do Jornal da Guarda, a Luís Martins, chefe de redacção de O INTERIOR, e também a seis ex-profissionais da redacção do Jornal), enviados por e-mail a 15 de Maio, mantendo sempre contacto para obtenção das respostas até 27 de Junho. Este instrumento metodológico foi elaborado de modo a obter a visão dos profissionais do Jornal O INTERIOR sobre a possível especificidade de carácter da Imprensa regional, e - tendo em conta que a mesma se desenvolve em meios mais pequenos - perceber como estes jornalistas actuaram e produziram material noticioso no tema maternidade. Este, é claro, está ligado aos acessos a cuidados de saúde dos habitantes da região, e, portanto, assumirá importância de assunto de interesse público.

A análise de conteúdo dos textos noticiosos e opinativos surge também na medida em que alguns excertos desses artigos explicam e/ou justificam a categorização e inserção numa determinada variável da mesma, possibilitando, de seguida, a quantificação dos elementos e respectiva análise, rumo à análise e posterior resposta e conclusões sobre a questão central do relatório.

Em concreto:

- Definir e diferenciar formas de jornalismo desenvolvidas no jornal O INTERIOR;
- Análise de conteúdo através de Excel e de discurso de notícias sobre a manutenção do serviço de maternidade nos hospitais da região no arquivo *online* do jornal O INTERIOR publicadas entre 2004 e 2014;
- Criar guião e procurar aplicar entrevista não estruturada ao director e ao chefe de redacção do jornal O INTERIOR²⁹;

²⁸ Ver anexos de Guiões de Entrevistas. Os temas abordados subdividem-se: evolução e caracterização do Jornal O INTERIOR; Linha editorial seguida enquanto publicação da Imprensa regional situada num meio geográfico que proporciona maior contacto com a sociedade e vida pública; Como se relaciona O INTERIOR com as fontes e eventual postura assumida nas notícias publicadas; Modo como o Jornal abordou o tema do encerramento das maternidades da Beira Interior.

²⁹ Como já referimos, na impossibilidade de fazer uma entrevista com o director, recorreremos a outras fontes em que este é citado, como forma de apurar a posição expressa da direcção do jornal sobre um conjunto de temas. Essas fontes foram as seguintes: • Amaral, V. (outubro de 2012). O papel do jornalismo público na revitalização da imprensa em Portugal: O caso da imprensa regional. Tese de doutoramento, orientadora Anabela Gradim Alves. Universidade da Beira Interior, Covilhã.

• Brito, R. (2009). Jornalismo Público e imprensa regional em Portugal: limites e possibilidades. Dissertação de mestrado, orientador João Carlos Ferreira Correia. Universidade da Beira Interior, Covilhã.

- Criar guião e procurar aplicar inquérito por questionário com respostas semifechadas através de entrevista a jornalistas e ex-jornalistas da redacção do semanário O INTERIOR;
- Contraposição das respostas obtidas no questionário com os dados da análise de conteúdo.

Capítulo 5

5.1 Inquéritos por Entrevista

No jornalismo, como na cidadania, o inimigo são os obstáculos que se atravessam/opõem aos seus princípios base. Diríamos ainda que também no jornalismo existe uma hierarquia e que muito se fala na falta de entrega ou empenho dos cidadãos na defesa do bem da sua comunidade. Como se não se importassem, e, então, não tomassem iniciativa de acção. Mas cremos que a profissão do jornalismo apresenta a hierarquia da linha editorial (missões/tarefas) que são ditadas pelos responsáveis da redacção ao seu corpo de jornalistas. No jornal O INTERIOR denota-se que, no caso (causa) de defesa do serviço de maternidade dos hospitais no interior do país, director e chefe de redacção - Luís Baptista-Martins e Luís Martins - articularam a estratégia no acompanhamento da evolução dos acontecimentos com empenho. Luís Martins admite que assumiram, em 15 anos de edições, causas pelo progresso e defesa do distrito da Guarda (mas, se calhar, sem apresentarem forças contra o resto do país). E os jornalistas que fizeram cobertura do tema e escreveram notícias sobre o mesmo? Como sentiram essa “causa”? Vale a pena ilustrar os exemplos dados por todos os jornalistas na tabela que se segue.

Exemplos/ pareceres	12. O INTERIOR ADERE A CAUSAS COMUNS (?)
Luís Martins	1. Na introdução de portagens, [publicámos] trabalhos que demonstravam o seu efeito negativo no desenvolvimento da região e com uma petição que foi discutida na Assembleia da República; 2. A construção do “novo” Hospital; 3. Ajudar a resolver as carências habitacionais da família da bebé do ano de 2011 (que acabou por ser apoiada pela Câmara de Figueira de Castelo Rodrigo e o Governo Civil de então); 4. Em defesa da continuidade do serviço de maternidade, apoiou o movimento da “fralda”.
Ricardo Cordeiro	1. A defesa da continuidade da maternidade no Hospital Sousa Martins é disso um bom exemplo; 2. A defesa da reabertura da Linha da Beira Baixa; 3. A promoção do debate sobre os benefícios que poderiam resultar de uma maior proximidade e união de esforços entre todos os municípios do distrito da Guarda e da Cova da Beira (ComUrbeiras).
Patrícia Correia	Não responde.
Liliana Correia	1. A defesa <u>das maternidades</u> da região; 2, A defesa da plataforma de entendimento entre Guarda - Covilhã - Castelo Branco como um todo (ComUrbeiras); A defesa do ensino superior da região; 3. A defesa da comunidade judaica de Belmonte. Além disso, (1) promoveu debates e a discussão pública, (2) Publicou suplementos especiais temáticos; (3) Promoveu eventos culturais (como a Feira do Livro da Guarda com performances, música, debates).
Rita Lopes	Além de um jornal atento às populações, é um jornal absolutamente isento e por isso põe a nu o que muitos escondem. Além disso, sempre promoveu debates públicos sobre determinados temas importantes para a sociedade, bem como organizou festas do livro e outras ações públicas.
Sara Quelhas	É algo que podemos considerar que acontece. Mas isso é sempre uma consequência do trabalho que fazemos. O jornalista, enquanto profissional, é imparcial.
Fábio Gomes	As causas comuns dizem respeito a um extracto alargado da sociedade, merecendo por isso enfoque jornalístico quando justificável.

9. DEVERES DO JORNALISMO REGIONAL ³⁰			
	<i>Defender a região</i>	<i>Promover debates</i>	<i>Denunciar problemas</i>
Luís Martins	2	1	3
Ricardo Cordeiro	2	1	3
Patrícia Correia	2	1	3
Liliana Correia	2	1	3
Rita Lopes	1	2	3
Sara Quelhas	2	1	3
Fábio Gomes	2	1	3
TOTAIS	2	1	3

Nos princípios do jornalismo público ou cívico, e, por consequência do jornalismo de causas, a tabela indica que os profissionais de O INTERIOR destacam a necessidade de a Imprensa promover debates, e, deste modo apresentar informação esclarecedora que permita aos cidadãos tomarem decisões mais bem fundamentadas. A defesa da região, passada pelas notícias do Jornal aos leitores, implica o sentimento de comunidade e proximidade com maiores probabilidades de desenvolvimento em meios de Imprensa regional. A denúncia de problemas está patente nas práticas destes jornalistas, porém sem se tornar prioritária nos trabalhos que realizam.

Através das entrevistas aos jornalistas³¹ (incluindo Luís Martins), a resposta será, além do empenho no profissionalismo, que o próprio chefe de redacção admitiu dar menos voz aos cidadãos guardenses e mais ênfase às declarações de figuras públicas, quase sempre políticos (traço do jornalismo tradicional na credibilização das declarações prestadas ao Jornal)³².

O que nos apercebemos na leitura das notícias, quando estas versam sobre os movimentos cívicos criados na região para defesa do serviço de obstetrícia do Hospital, é que as declarações (citadas e referidas) são dos porta-vozes das iniciativas. Os restantes elementos parecem permanecer anónimos. Até poderia ser natural ver o porta-voz como eleito pelos membros e este exprimir as convicções da maioria dos habitantes.³³ Mas, de acordo com o princípio da diversidade de declarações para mais e melhor informação num tema, no jornalismo poderemos abordar, por exemplo, mais duas ou três pessoas e ouvir o que estas têm a dizer, mesmo que não sejam especialistas da saúde em Portugal.

³⁰ A classificação dos deveres do jornalismo regional varia de 1 a 3, do mais para o menos importante.

³¹ Falamos em amostra não no que toca ao número de profissionais inquiridos, mas sim pelo tecido dos textos recolhidos para a respectiva análise.

³² Exemplo: Edição de 2/12/2004 - Entrevistas: 1) Maria do Carmo Borges, presidente CMG; 2) Júlio Sarmiento, presidente Câmara Trancoso; 3) António Saraiva, membro do Movimento Cívico da Guarda; 4) Jorge Mendes, presidente IPG; 5) Fernando Cabral, presidente Distrital PS Guarda; 6) Joaquim Canotilho, presidente concelhia CDS-PP Guarda; 7) Honorato Robalo, coordenador União de Sindicatos da Guarda; 8) Júlia Sobral, concelhia do PCP Guarda; 9) José Manuel Silva, candidato à secção regional do Centro da Ordem dos Médicos; 10) Pedro Nobre, Movimento Cívico Pl'a Criança; 11) Reis Pereira; presidente conselho distrital da Ordem dos Médicos; 12) Ana Manso, presidente concelhia PSD Guarda; 13) José Cunha, director clínico Hospital da Guarda; 14) Isabel Garção, presidente Conselho de Administração do Hospital.

<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=270&id=7694&idSeccao=2937&Action=noticia>

³³ Exemplo: Edição de 19-01-2006 - Secção: Em Foco - [Antetítulo] Autodenominado Movimento de Cidadãos do Distrito da Guarda apresentou-se segunda-feira / [Título] Novo abaixo-assinado contra fecho da maternidade da Guarda / [Texto] (...) A porta-voz do movimento, Sofia Monteiro, explicou que a «ideia é criar uma dinâmica que permita a intervenção de maior número de cidadãos possível do distrito em defesa de um serviço de qualidade que é essencial às mulheres e às crianças». (...)

<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=328&id=12232&idSeccao=3754&Action=noticia>

Luís Martins garante que a base das notícias - no que toca à recolha prévia de informações para a construção das mesmas - reside nas “fontes próprias dos diferentes jornalistas que trabalharam para o tema”. De acordo com a nossa experiência profissional no passado, confirmámos no estágio em O INTERIOR que para os assuntos que o órgão apresenta nas suas edições, os responsáveis desse *medium* indicam ao jornalista as pessoas a entrevistar, quando não é o próprio jornalista (já imbuído da natureza da área de cobertura e suas personagens principais) que recorre à agenda de contactos, que todos consultam nas redacções para o efeito. Afinal, sempre será verdade que são determinadas fontes (cargos superiores ou profissionais especialistas) que são citadas para transmitir ao público ideia de rigor informativo, e, como o jornalismo procura resgatar a sua credibilidade.

À semelhança de Luís Martins, Ricardo Cordeiro afirma que o Jornal procura maior proximidade entre os leitores e os temas ao “«personalizar» as notícias com declarações de cidadãos que emitam um opinião importante e acrescentem maior interesse e informação sobre o facto noticiado”. Porém, diz o contrário quando afirma que “Há um claro desequilíbrio”, e, na linha do jornalismo tradicional puro, explica que “o enfoque (...) variou em função do «peso» e influência”, sendo que, na sua perspectiva profissional, “não se poderia dar o mesmo espaço e protagonismo ao cidadão «anónimo» e aos detentores de cargos oficiais”, o que nega a abordagem que diz existir em termos de causas no Jornal O INTERIOR. Liliana Correia - jornalista no semanário durante dois anos - recorda existir relevo das “posições das figuras públicas da região em detrimento da opinião do cidadão comum”.

Tal como Ricardo Cordeiro, também Fábio Gomes refere que o realce deve ser dado a figuras que sejam “autoridade na matéria [e, mais importante,] assumem (...) tomadas de decisão”, pois é a estes responsáveis que os movimentos cívicos procuram chegar para dialogarem.

Os outros entrevistados consideram que figuras públicas e cidadãos estão em paridade como fontes das declarações recolhidas pelo Jornal O INTERIOR, procurando “ouvir todas as vozes” (Patrícia Correia), e, como “um jornal plural” (Rita Lopes), Sara Quelhas afirma, “falei várias vezes com cidadãos”. Rita Lopes aponta como papel da Imprensa não só informar as pessoas, mas, também, ser “opinion maker” (criadora ou formadora de opinião). Aqui reside em parte a identificação dos *media* como quarto poder, pois as suas notícias acabam por influenciar algumas vezes as ideias da sua audiência.

11. SITUAÇÕES EM QUE O JORNAL CITA CIDADÃOS	
Luís Martins	Nos casos em que são parte interessada e acontecimentos importantes para a comunidade
Ricardo Cordeiro	Sempre que possível procura-se “personalizar” as notícias com declarações de cidadãos que emitam uma opinião importante e que acrescentem maior interesse e informação sobre o facto noticiado. Deste modo, os leitores acabam por sentir uma maior proximidade com o assunto que está a ser tratado.
Patrícia Correia	
Liliana Correia	Sempre que a notícia é referente aos cidadãos em geral
Rita Lopes	Em todas as notícias
Sara Quelhas	Sempre que tal se justifique. Por exemplo, caso se noticie uma alteração significativa na vida dos cidadãos.
Fábio Gomes	Sempre que a voz e a opinião do cidadão sejam importantes para a notícia em causa.

14. CITAÇÕES NAS NOTÍCIAS DE O INTERIOR: MAIS FIGURAS PÚBLICAS OU MAIS CIDADÃOS		
	Figuras públicas	Todos
Luís Martins	1	0
Ricardo Cordeiro	1	0
Patrícia Correia	0	1
Liliana Correia	0	1
Rita Lopes * ¹	0	1
Sara Quelhas * ²	0	1
Fábio Gomes * ³	1	0
TOTAIS	3	4

*¹ Enfoque às declarações de diferentes actores sem influências

*² De acordo com a importância dos assuntos

*³ Jornal Plural

Ainda que nem todos os entrevistados assinalem no inquérito como prioridade do jornalista e do jornalismo regional a defesa da região e a população (apanágio do jornalismo público), no fundo os sete entrevistados são unânimes e concordam que O INTERIOR acompanha os problemas da região e da população. Ou seja, aspectos muito relevantes no jornalismo cívico e que até levaram nos anos 80 do século XX a experiências nos Estados Unidos (o jornalista que vai habitar no mesmo meio que a comunidade visada em notícias, existindo um observador participante pela experiência no primeiro plano).

6. COMPROMISSOS DO JORNALISTA REGIONAL								
	Luís Martins	Ricardo Cordeiro	Patrícia Correia	Liliana Correia	Rita Lopes	Sara Quelhas	Fábio Gomes	TOTAIS %
O órgão no qual trabalha	2	1	3	2	5	4	2	29%
As fontes	4	3	4	3	4	5	3	0%
A população	3	5	5	4	3	2	5	0%
A defesa da região	5	4	1	5	1	3	4	29%
Valores éticos e deontologia	1	2	2	1	2	1	1	57%

10. O INTERIOR ACOMPANHA PROBLEMAS DA REGIÃO E DA POPULAÇÃO	
Luís Martins *	Sim
Ricardo Cordeiro	Sim
Patrícia Correia	Sim
Liliana Correia	Sim
Rita Lopes	Sim
Sara Quelhas *	Sim
Fábio Gomes	Sim

Os sete entrevistados dividem-se na importância dos temas dos artigos de opinião para a realização das notícias. Luís Martins tem em consideração as “«pistas» [dos artigos de opinião]”, o que para o jornalismo constituirá, segundo Liliana Correia, “formas de maior investigação e aprofundamento de determinado tema ou facto”. Para Ricardo Cordeiro só assumem algum valor jornalístico “em situações excepcionais”. Sara Quelhas, Rita Lopes e Fábio Gomes negam terminantemente qualquer relação entre artigos de opinião e notícias.

13. OS TEXTOS NO ESPAÇO PÚBLICO E AS NOTÍCIAS: INFLUÊNCIAS	
Luís Martins	SIM podem apresentar pistas
Ricardo Cordeiro	SIM podem fornecer informações exclusivas
Patrícia Correia	Não responde
Liliana Correia	SIM podem ser uma forma de investigação e aprofundamento das notícias
Rita Lopes	NÃO A opinião é opinião, a notícia é notícia
Sara Quelhas	NÃO até podem coincidir, mas sem ligações entre si
Fábio Gomes	NÃO é um espaço próprio que não influencia as notícias
TOTAIS	3 SIM 3 NÃO

Verificámos que actuais e ex-profissionais do Jornal O INTERIOR se mostraram um pouco divididos com a defesa e aplicação de critérios que perpassam o jornalismo tradicional e o público.

7. PRINCÍPIOS NA REDACÇÃO DA NOTÍCIA			
	Princípio do Contraditório	Explicar os factos	Indicar respostas a problemas
Lúis Martins	1	1	2
Ricardo Cordeiro	2	1	3
Patrícia Correia	2	1	3
Liliana Correia *	2	1	3
Rita Lopes	2	1	3
Sara Quelhas	2	1	3
Fábio Gomes	2	1	3

9. DEVERES DO JORNALISMO REGIONAL			
	Defender a região	Promover debates para decisões	Denunciar problemas e garantir a vigilância dos órgãos públicos
Lúis Martins	3	1	1
Ricardo Cordeiro	2	3	1
Patrícia Correia	2	1	3
Liliana Correia	2	1	3
Rita Lopes	2	1	3
Sara Quelhas	2	1	3
Fábio Gomes	2	1	3
TOTAIS	2	1	3

5.2 A causa - manter o serviço de maternidade nos hospitais da região - e a polémica

A Guarda e o Hospital Sousa Martins

Observamos que a atenção das notícias do jornal O INTERIOR recai sobre o tema do encerramento das maternidades nos hospitais da Beira Interior de forma pautada e não insistente. Ao mesmo tempo, encontramos anos que se destacam no nosso período de análise de uma década (2004-2014).

Desde 1997-2000 que a saúde na Guarda é destaque, quer pelo projecto do novo hospital e requalificação do Parque de Saúde, quer pela manutenção da maternidade no Sousa Martins.

Mas é neste segundo ponto (“causa”) que devemos focar a análise do presente relatório. A 11 de Março de 2004³⁴, O INTERIOR dá conta do primeiro sinal de alarme, vindo das declarações de Albino Aroso, coordenador do estudo da Comissão Nacional de Saúde Materna, da Criança e Neonatal (CNSMN). A notícia subdivide-se em três parágrafos.

- “Em conferência de imprensa, em Coimbra, [a 4 de Março] Albino Aroso explicou que as alterações prováveis na rede de prestação de assistência a grávidas, parturientes e recém-nascidos passarão pela «concentração de recursos técnicos e humanos», tendo em vista uma «maior qualidade», à semelhança de políticas que têm sido adoptadas noutros países da União Europeia” [introdução no parágrafo 1].
- “(...) cinco maternidades do Centro do país, bem como outras de diferentes regiões, sobretudo do interior, registam uma média que não chega a dois partos por dia.” (hospitais de Castelo Branco, Covilhã, Figueira da Foz, Guarda e Lamego) [parágrafo 1]
- “O presidente do Hospital da Covilhã, Miguel Castelo Branco, sugeriu, por sua vez, que esta decisão seja feita «com muita calma» porque no conjunto dos três hospitais são feitos mais de dois mil partos por ano.” [última frase do parágrafo 2]
- “(...) presidente da Administração Regional de Saúde (ARS) do Centro. Fernando Andrade (...) admitindo que, situando-se os índices de qualidade da União Europeia [OMS] nos 1.500 partos por ano, as maternidades em causa estão «efectivamente abaixo» desse número.” [parágrafo 3 ou final]

O coordenador do estudo encomendado pelo Ministério da Saúde anuncia que, pelas directrizes da União Europeia e da Organização Mundial de Saúde, fecham as maternidades dos hospitais com menos de 1.500 partos (números que se apresentam em cada unidade hospitalar da Beira Interior)³⁵. Na edição esta notícia coloca a “Maternidade da Guarda na expectativa [título]”³⁶ seguinte O INTERIOR

Mediante a possibilidade de apenas se manter a maternidade da Covilhã, alvitada por Albino Aroso, coordenador da CNSMN, e por Luís Graça, presidente da direcção do Colégio de Obstetrícia/Ginecologia da Ordem dos Médicos, no encontro da especialidade médica na Covilhã, o Jornal apresenta a peça³⁷, assinada pela jornalista Liliana Correia, que introduz o princípio do contraditório (pelas ideias defendidas pelos estudiosos e pelo médico do Sousa Martins Henrique Fernandes). Nesta altura, um dos argumentos sublinhados pel’ O INTERIOR, a distância geográfica entre hospitais. É desvalorizada por Albino Aroso e Luís Graça.

³⁴ Edição de 11-03-2004 - Secção: Em Foco “ [antetítulo] Alterações na rede de prestação de assistência a grávidas passarão pela «concentração de recursos técnicos e humanos», avisa Albino Aroso [título] Maternidades da Beira Interior em risco nos próximos anos”

<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=232&id=4862&idSeccao=2408&Action=noticia>

³⁵ Edição de 04-11-2004 - Secção: Sociedade; [antetítulo] Apesar dos protestos dos clínicos do Centro de Saúde e do Conselho Distrital da Ordem dos Médicos / [título] Maternidade da Guarda na “lista negra”, por Patrícia Correia

<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=266&id=7379&idSeccao=2882&Action=noticia>

³⁶ Edição de 11-11-2004 - Secção: Em Foco

<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=267&id=7509&idSeccao=2900&Action=noticia>

³⁷ Edição de 18-11-2004 - Secção: Em Foco - [antetítulo] “Albino Aroso e Luís Graça sustentam que encerramento de serviços na Guarda e Castelo Branco é «inevitável» e «irreversível»/ [título] «A Covilhã é, geograficamente, a melhor hipótese para concentrar maternidades-», por Liliana Correia.

<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=268&id=7586&idSeccao=2915&Action=noticia>

No início de 2005, o Jornal O INTERIOR deixa linhas nas suas páginas do pendor do fecho da maternidade, suspenso devido a eleições legislativas, e noticia declarações de Albino Aroso, no sentido da inevitabilidade do encerramento das maternidades da Guarda e de Castelo Branco.

A ideia vaticinada pelo autor do estudo encomendado pelo Ministério da Saúde, “Carta para mães, filhos e adolescentes” - ocorre em Outubro³⁸, embora em «lume brando», quando Correia de Campos, ministro da Saúde do Governo de José Sócrates³⁹, indica que o estudo de Albino Aroso (Março 2004) pode ser retomado na ideia de encerramento de serviços com menos de mil partos/ano e manter só um na Beira Interior (no interior do país fechariam 15).

Em 2005, Fernando Girão, novo director do Sousa Martins, reconhece - na entrevista do jornal O INTERIOR na rubrica “Cara a Cara”⁴⁰ - que a questão da manutenção da maternidade assenta numa estratégia política. O responsável admite que as grávidas do norte do distrito vão para o Hospital de Viseu porque em termos de transportes se torna mais próximo.

A polémica ganha forma na recta final de 2005 com declarações de Luís Graça, presidente do Colégio de Obstetrícia e Ginecologia da Ordem dos Médicos, ao *Jornal de Notícias*⁴¹. Na mesma semana o jornal O INTERIOR confronta o responsável e dedica-lhe duas notícias⁴²:

A notícia de Luís Martins tem apontamentos de um jornal O INTERIOR alterado, pelos recursos semânticos utilizados. Isto ao ponto de o titular da mesma ironizar a situação, sendo, de acordo com a definição de Barradas (2012), expressivo, com utilização do trocadilho pelo nome do actor visado numa função conotativa da linguagem:

“ [Antetítulo] Presidente do Colégio de Obstetrícia na Ordem dos Médicos diz que não disse que as maternidades da Guarda e Castelo Branco vão fechar / [Título] Declarações sem graça

³⁸ Edição de 20-10-2005 - Secção: Sociedade - “Correia de Campos vai retomar estudo que defende fecho de serviços com menos de mil partos por ano / Maternidades da Beira Interior novamente em risco”, por Luís Martins

<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=316&id=11285&idSeccao=3580&Action=noticia>

³⁹ Fernando Regateiro era à data presidente da Administração Regional de Saúde - ARS - Centro, e Jorge Branco substituíra Albino Aroso na coordenação da CNSMN.

⁴⁰ Edição de 30-06-2005 - Secção: Sociedade [Entrevista] - [Lead] Fernando Girão é o novo director do Hospital da Guarda, cujo Conselho de Administração será formado por Luís Ferreira (director clínico), Manuela Bandarra (administradora-delegada) e Matilde Cardoso (enfermeira-directora) [título] «Não vou conseguir tudo aquilo que desejo, mas uma boa percentagem»

<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=300&id=10010&idSeccao=3337&Action=noticia>

⁴¹ Apesar de várias pesquisas e procura, não fomos bem sucedidos na tentativa de encontrar a notícia original de 5 de Dezembro do Jornal de Notícias, edição do Porto, como forma de documentação da informação apresentada.

⁴² Edição de 08-12-2005 - Secção: Em Foco - “Presidente do Colégio de Obstetrícia na Ordem dos Médicos diz que não disse que as maternidades da Guarda e Castelo Branco vão fechar / Declarações sem graça”, por Luís Martins

<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=323&id=11874&idSeccao=3683&Action=noticia> Edição de 08-12-2005 - Secção: Em Foco - “Antes das decisões, Jorge Branco defende a auscultação das preferências da população quanto a um eventual deslocamento do local de parto / «Factores culturais» da região também serão ponderados”, por Liliana Correia

<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=323&id=11875&idSeccao=3683&Action=noticia>

[Lead/Texto] No pico da polémica sobre o fecho da maternidade da Guarda, Luís Graça desmentiu terça-feira a "O Interior" ter dito «alguma vez» quais os serviços que iam fechar. «Foi uma ilação retirada pela jornalista depois de eu dizer que os serviços com menos de 1.500 partos deviam fechar», defendeu-se o director de Obstetrícia do Hospital de Santa Maria e simultaneamente presidente do Colégio da especialidade na Ordem dos Médicos (OM). Tarde de mais, a julgar pelas reacções suscitadas na cidade e no Hospital Sousa Martins pelas suas declarações ao "Jornal de Notícias" da véspera. A tal ponto que o Conselho de Administração da unidade de saúde pondera queixar-se de Luís Graça à OM. (...)"

No corpo da notícia da jornalista Liliana Correia o tom é moderado - " (...) os ânimos andam exaltados na Guarda. Mas, por enquanto, não há razões para alarmismos".

Na publicação da reacção da Câmara da Guarda às declarações de Luís Graça sobre encerramento das maternidades da Guarda e de Castelo Branco⁴³ observamos no título um verbo (repudiar) que poderemos considerar apelativo ao leitor, mas, simultaneamente, traduzir a posição de O INTERIOR sobre o encerramento. Questionamo-nos, pois, se o repúdio atribuído à autarquia guardense será um sentimento partilhado pelo jornal. Além disso, a incerteza na Imprensa expressa-se de diversas formas (provável, alegado, etc.). Assim acontece no antetítulo, "eventual", que acaba por ser esbatido em relação à escolha do termo citado, «indignação». Também, no parágrafo inicial a escolha do verbo "defendeu-se" poderia ter um tom mais corrente no jornalismo caso a escolha recaísse sobre o remate de citação "justificou" ou explicou". O texto avança e diz que a "defesa" surge "tarde de mais", respaldando-se com "reacções na cidade e no Hospital Sousa Martins".

Ao longo de 2006, o "anúncio" de encerramento e continuidade do serviço de maternidade do Hospital da Guarda avança e recua, como constatamos nas notícias de O INTERIOR, e tal revela consequências no caso em termos de acontecimentos noticiados pelo jornal, sendo este um ano excepcional no volume de peças jornalísticas publicadas pelo mesmo. Ao todo contabilizamos no género informativo 15 notícias, e, no género opinativo 13 textos, dos quais seis são crónicas. Vale ainda a pena referirmos que, só no mês de Abril, sobre o tema maternidade, surgiram, dentro das quatro edições do jornal, cinco textos - incluindo as notas positivas/negativas do próprio órgão de comunicação - e oito notícias - duas publicadas na secção Política, quatro na secção Sociedade. Reparemos ainda que em Março é tema destaque, na secção Em Foco, na edição semanal do jornal, por quatro vezes.

Na notícia de 16 de Março de 2006⁴⁴, O INTERIOR avança com a notícia do projecto do ministério de Correia de Campos para o Centro Hospitalar da Cova da Beira. Afinal a decisão continuaria em aberto, já que, aquela que parecia uma certeza no título ("Maternidade da Guarda escapa") estaria minada pelo antetítulo ("Ministério da Saúde delega decisão na

⁴³ Arquivo: Edição de 15-12-2005; Secção: Sociedade; [peça sem assinatura] - "[Antetítulo] Executivo aprova moção de «indignação» contra eventual encerramento da maternidade da Guarda / [Título] Câmara repudia declarações de Luís Graça"

<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=324&id=11901&idSeccao=3692&Action=noticia>

⁴⁴ Edição de 16-03-2006 - Secção: Em Foco - "Ministério da Saúde delega decisão na administração do futuro Centro Hospitalar da Beira Interior / Maternidade da Guarda escapa".

<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=336&id=12750&idSeccao=3860&Action=noticia>

administração do futuro Centro Hospitalar da Beira Interior”). Realçamos o tom do verbo utilizado neste título (escapar).

Só após o evento comemorativo do centenário do Hospital da Guarda, a 19 de Maio de 2007, quando o ministro Correia de Campos reduz o projecto do Centro Hospitalar da Beira Interior a Centro Hospitalar da Beira Baixa, o Jornal «garante»⁴⁵, com um título categórico - «Maternidade fica na Guarda», que o distrito da Guarda não perde a especialidade de obstetrícia, uma garantia reforçada pela sucessora Ana Jorge em artigo de 28/2/2008. Correia de Campos homologa o programa de remodelação e funcionamento do Hospital (orçado em cerca de 40 milhões de euros) e assegura que o bloco não encerra. Covilhã e Castelo Branco devem decidir qual fecha este serviço. Em Junho de 2012 o Jornal recorre novamente às declarações de figuras públicas políticas (como sucede no jornalismo tradicional e no público ou cívico), com mais uma garantia sobre a continuidade da obstetrícia nos três hospitais da Beira Interior⁴⁶. Acontece a evolução decisória da tutela (pela Carta Hospitalar da Comissão Nacional de Saúde Materna - estudo da responsabilidade da CNSMN -, mas contra o parecer da ERS) de acordo com o desejo manifestado no distrito da Guarda. No artigo de O INTERIOR, o jornalista Luís Martins recorre a citação directa do ministro Paulo Macedo no antetítulo, sendo esta um fórmula do jornalismo clássico para conquistar e garantir a confiança dos leitores do órgão de comunicação.

Campanha “A maternidade que nos une” e a razão da quebra de partos no HSM

Em 2011 O INTERIOR publica duas notícias que realçam uma das prováveis razões que incidem na redução do número de partos na maternidade do Sousa Martins - o facto de muitas grávidas do distrito escolherem para o nascimento dos filhos o Hospital de Viseu, além de Espanha, como alertava o autarca de Figueira de Castelo Rodrigo (concelho do norte do distrito da Guarda)⁴⁷. Surge então nova campanha, encabeçada pela administradora do Hospital da Guarda, “A Maternidade que nos une”⁴⁸, iniciativa que é louvada pelo Jornal nas notas

⁴⁵ Edição de 24-05-2007 - Secção: Sociedade - “[antetítulo] Correia de Campos homologou programa funcional para a ampliação do Hospital Sousa Martins / [título] Maternidade fica na Guarda”, por Luís Martins

<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=396&id=16740&idSeccao=4641&Action=noticia>

⁴⁶ Edição de 21-06-2012 - Secção: Em Foco [antetítulo] Paulo Macedo disse na terça-feira que «a prioridade é agir dentro dos grandes centros e não é encerrar maternidades em termos adicionais, em distritos que não têm outro tipo de oferta» / [título] Ministro garante maternidades a menos de uma hora de qualquer localidade, Por: Luís Martins

<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=659&id=35776&idSeccao=8447&Action=noticia>

⁴⁷ Edição de 15-12-2011 - Secção: Em Foco [título] António Edmundo defende maternidade da Guarda em carta ao ministro/ [texto] O presidente da Câmara de Figueira de Castelo Rodrigo defende a manutenção da maternidade do hospital da Guarda, para evitar que os bebés sejam «condenados a ir nascer em Espanha». (...)

<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=632&id=33336&idSeccao=7897&Action=noticia>

⁴⁸ 12-01-2012 - Secção: Sociedade - [antetítulo] Campanha “A Maternidade que nos une” pretende elevar o número de nascimentos no Hospital Sousa Martins para salvar a maternidade/ [título] ULS incentiva grávidas a darem à luz na Guarda, Por: Fábio Gomes / [texto] “A Unidade Local de Saúde (ULS) da Guarda lançou, na passada quinta-feira, a campanha “A Maternidade que nos Une” para

classificativas da secção «No Fio da Navalha», elogiando Ana Manso e Dom Manuel Felício. Dois anos depois esta realidade parece manter-se⁴⁹ e campanha de Ana Manso “A Maternidade que nos Une” parece não ter surtido o efeito pretendido no apelo às grávidas do distrito.

5.3 2006: O Momento da Covilhã

A Covilhã e o Centro Hospitalar da Cova da Beira

Covilhã e Castelo Branco: luta pela sobrevivência de maternidade hospitalais

Em 2006 encontramos oito peças do semanário da Guarda que sublinham a luta pela sobrevivência do serviço de maternidade entre os hospitais da Covilhã, Guarda e Castelo Branco.

Aqui poderá ser útil recordarmos que a zona de cobertura noticiosa do Jornal (distrito da Guarda e zona da Cova da Beira), traduziu-se, desde o início⁵⁰, na aposta deste mesmo eixo geográfico estratégico pelo jornal.

A redefinição ou reorganização da rede hospitalar e respectivas valências pelo Ministério da Saúde é mais uma fonte de protesto entre agentes da Guarda e da Covilhã⁵¹, sendo que em 11 de Janeiro de 2007 o corpo do texto da notícia evidencia o facto de a unidade hospitalar da Guarda se sobrepor à da Covilhã com mais uma especialidade. É precisamente em 2007 que O

sensibilizar as grávidas do distrito a terem os seus filhos na maternidade do Hospital Sousa Martins. A iniciativa foi apresentada durante a visita do Bispo da Guarda, D. Manuel Felício, às obras do novo pavilhão e ao serviço de obstetrícia do hospital.”

<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=636&id=33646&idSeccao=7980&Action=noticia>

[dá continuidade ao acompanhamento da iniciativa da notícia da edição de 22-12-2011]

⁴⁹ Edição de 11-04-2013 - Secção: Sociedade [antetítulo] Guarda [título] 205 mães do distrito escolheram maternidades “vizinhas”

<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=701&id=39309&idSeccao=9309&Action=noticia>

⁵⁰ Ver Anexo Ano 0, 1999. P. 39

⁵¹ Edição de 05-10-2006 - Secção: Sociedade: [antetítulo] Especialista volta a colocar maternidade no Hospital da Cova da Beira, para além de esvaziar o Hospital da Guarda das suas principais especialidades de referência [título] O relatório da discórdia -- Luis Martins [texto] « (...) «Discordo do modelo de reorganização proposto» - Luís Ferreira, director clínico do Hospital Sousa Martins (...)«O importante é estarmos todos unidos» (...) Sanches Pires, presidente do Conselho de Administração do Hospital Amato Lusitano (...)» «O Hospital Sousa Martins deverá ter nove especialidades de referência - mais uma que a Covilhã - no futuro Centro Hospitalar da Beira Interior, de acordo com o mapa de distribuição de valências acordado entre as três unidades fundadoras (Guarda, Covilhã e Castelo Branco) e enviado em Maio passado ao ministro da Saúde.»

<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=363&id=14579&idSeccao=4213&Action=noticia>

11-01-2007 - Secção: Em Foco: [antetítulo] Distribuição de valências pelas três unidades da Beira Interior deixou de fora a localização dos Blocos de Partos [título] Guarda com nove especialidades de referência -- Luis Martins [texto] «O Hospital Sousa Martins deverá ter nove especialidades de referência - mais uma que a Covilhã - no futuro Centro Hospitalar da Beira Interior, de acordo com o mapa de distribuição de valências acordado entre as três unidades fundadoras (Guarda, Covilhã e Castelo Branco) e enviado em Maio passado ao ministro da Saúde.»

<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=377&id=15560&idSeccao=4392&Action=noticia>

INTERIOR publica o artigo que dá como certo o encerramento do bloco de parto da Covilhã⁵². O antetítulo invoca “a decisão ainda não é oficial”, algo que criticou na edição de 20/7/2006 no Jornal do Fundão. Aqui relembramos a reacção que o Jornal teve e provocou nas entidades públicas reacções (Jorge Branco, presidente da Comissão Técnica de Avaliação; Fernando Girão, director do Hospital Sousa Martins; Joaquim Valente, Presidente da Câmara da Guarda; Mota da Romana, porta-voz do Movimento Cívico; Carlos Pinto, autarca covilhanense) com o “desmentido” da notícia do Jornal do Fundão⁵³, rematando o texto com o parágrafo final sobre argumentos pela manutenção do serviço da Guarda em termos de números e características técnicas do serviço.

Se, por um lado, O INTERIOR critica a fala de iniciativa de cidadãos e colectividades covilhanenses na defesa da maternidade do Hospital Pêro da Covilhã⁵⁴, é na crónica de João Canavilhas (membro do Conselho Editorial do Jornal), «Menos que Zero»⁵⁵, que se observa a crítica ao protagonismo político e ausência de iniciativa cívica, enquanto apresenta claramente as estratégias do Jornal pela continuidade do serviço de maternidade na região [com reorganização nossa do encadeamento de ideias]:

(...)“O Interior” tem sido um bom exemplo da estratégia mais correcta (...) região deve manter as actuais três maternidades: Guarda e Castelo Branco pela localização geográfica, a da Covilhã por se tratar de uma unidade universitária (...)

[Identifica os erros] erro é tirar esta luta da esfera dos movimentos cívicos. Contrariamente ao que aconteceu noutras cidades, na Covilhã foi a Câmara a encabeçar o movimento de contestação, substituindo-se às forças vivas da cidade. [...] [e explica porquê é que considera ter existido uma falha neste município, i. é, organização de acções de protesto onde os habitantes de toda a região participem conjuntamente [...]Só a força de um movimento cívico plural poderá contribuir para que manutenção das três maternidades seja uma realidade, Actuar isoladamente (...) erro (...) só enfraquece o movimento, facilitando a vida ao Governo.”

⁵² O projecto do futuro Centro Hospitalar da Beira Interior contemplaria investigação na área da medicina (reprodução e genética), mas a Covilhã encerraria a sua maternidade. Neste ponto O INTERIOR informa que Correia de Campos deu 30 dias a João Casteleiro para informar o serviço.

⁵³ Investigação de notícia do «Jornal do Fundão» [e] regresso as notícias, aparentemente infundadas, sobre a eventual concentração dos partos da Beira Interior no Centro Hospitalar da Cova da Beira (CHCB), na Covilhã (...) "Jornal do Fundão"

<http://semanal.jornaldofundao.pt/index.asp?idEdicao=444>

⁵⁴ 30-03-2006 - Secção: No Fio da Navalha - Descer: Covilhã

<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=338&id=12883&idSeccao=3889&Action=noticia>

⁵⁵ Edição de 21-06-2012 - Secção: Em Foco [antetítulo] Paulo Macedo disse na terça-feira que «a prioridade é agir dentro dos grandes centros e não é encerrar maternidades em termos adicionais, em distritos que não têm outro tipo de oferta»/ [título] Ministro garante maternidades a menos de uma hora de qualquer localidade, Por: Luis Martins

<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=659&id=35776&idSeccao=8447&Action=noticia>

Ainda que o então presidente da Câmara da Covilhã tenha ficado tranquilo após falar sobre a manutenção da maternidade do Hospital Pêro da Covilhã⁵⁶, no ano seguinte apresenta-se já um outro rumo para o desfecho da manutenção da maternidade da Guarda⁵⁷. A Covilhã sairia a perder com a Guarda e Castelo Branco, e, quem dá a cara pela decisão é Correia de Campos, ministro da Saúde. O projecto do futuro Centro Hospitalar da Beira Interior contemplaria investigação na área da medicina (reprodução e genética), mas a Covilhã encerraria a sua maternidade⁵⁸. Neste ponto O INTERIOR informa que Correia de Campos deu 30 dias a João Casteleiro para informar o serviço.

5.4 Caracterização das notícias publicadas no Jornal O INTERIOR

Embora o chefe de redacção do jornal O INTERIOR admita que “A certa altura, o assunto foi “tomado de assalto” por partidos, autarcas e outros responsáveis políticos”, a questão pouco foi enquadrada na secção política (acontece em Novembro de 2004 e em Abril de 2006). Mas, de acordo com a classificação de Vítor Amaral de “sociedade” enquanto sub-tema, neste inserem-se outros sectores (2012, p. 309):

- | | | |
|----------------------|-------------------------|------------|
| ■ Ambiente | ■ Educação | ■ Saúde |
| ■ Património | ■ Justiça | ■ Religião |
| ■ A. Sociais/pobreza | ■ Acidentes/catástrofes | ■ Outros |

“Por acaso o social não engloba tudo o que se passa connosco? Porquê juntar mais um adjectivo ao jornalismo?”, pergunta o editor argentino Eduardo de Miguel (como citado em Pinto *et al.*, 2007, p. 70).⁵⁹ E perguntamos nós, onde pode o leitor encontrar as notícias cujo conteúdo reporta ao social? O conferencista constata, “as secções dos diários, conhecidas como ‘Sociedade’ ou ‘Informação Geral’, têm um karma em todo o mundo. Há anos que os editores dessas secções se lamentam que para ali vai tudo o que sobra do resto das páginas, [isto é,] o que não tem especialidade”.

⁵⁶ Edição de 04-05-2006 - Secção: Sociedade[antetítulo] Conversa com Primeiro-Ministro deixou o autarca descansado quanto ao futuro/ [título] Carlos Pinto «tranquilo» quanto à maternidade da Covilhã, por Liliana Correia

⁵⁷ Edição de 08-03-2007 - [antetítulo] Duas maternidades. A decisão pode ainda não ser oficial, mas está tomada: [título] O bloco de partos da Covilhã vai encerrar” <http://www.ointerior.pt/ardinasubscribe/login.aspx?erro=funcnvalid> - [artigo não disponível no arquivo online].

⁵⁸ Edição de 08-03-2007 - “[antetítulo] Ministério da Saúde deverá fechar serviço na Covilhã, onde funcionará a investigação na área da medicina de reprodução e da genética / [título] Maternidades ficam na Guarda e Castelo Branco”, por Luís Martins

<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=385&id=16073&idSeccao=4501&Action=noticia>

⁵⁹ Miguel, E. de (2006, Março). “Jornalismo Social... Simplesmente Jornalismo”. Comunicação apresentada no V Congresso CAIS, Lisboa (reimpressão em Pinto *et al.*, *Por uma Ética da Comunicação - Jornalismo Social* (p. 70). Alarmagem do Bispo: Padrões Culturais Editora, 2007).

Assim, sendo notícias da área da saúde, o jornal O INTERIOR opta, entre 2004 e 2014, por inseri-las, maioritariamente nas secções “Sociedade” e “Em Foco”. Tal poderá demonstrar-se nos anos mais expressivos do volume de notícias sobre a continuação do serviço da maternidade (2004, 2006 e 2012). O tema assume especial ênfase no conteúdo noticioso do Jornal em 2004 (ocupa na secção “Em Foco” 64,4% das edições), maior relevância na secção “Sociedade” em 2006 (surge neste ponto em 50% das edições), e uma distribuição idêntica daquelas secções nas edições de 2012 (47,1%). No período que dedicamos à análise das notícias publicadas no Jornal O INTERIOR - 2004 a 2014, i. é, uma década - existe um acompanhamento regular do assunto, à excepção dos anos 2008-2010 (duas notícias apenas em cada um), e, ainda, menor expressividade em 2007 (6 artigos) e em 2011 (9 peças).

Encontramos sobretudo nas publicações os géneros informativos notícia e entrevista. As entrevistas surgem no estilo pergunta-resposta (seja a uma personalidade, como Maria do Carmo Borges, ex-presidente da Câmara, pelo aniversário da cidade da Guarda, seja na rubrica “Cara-a-Cara”, em que os entrevistados são dirigentes de saúde que abandonam ou passam a ocupar um cargo (Isabel Garção, ex presidente da administração do Hospital, e Fernando Girão, quando assumiu a direcção da Sub Região de Saúde do Centro).

As notícias assumem com quase predominância um tom mais negativo do que positivo (pela natureza do assunto), entendendo-se que o autor da peça procura também um certo equilíbrio e neutralidade, como é apanágio do jornalismo.

As fontes são oficiais, com declarações citadas entre aspas (nas palavras do próprio), sempre com apontamento da sua categoria profissional (desde os governantes, aos dirigentes da saúde na região)⁶⁰.

As peças apresentam, sempre, pelo menos dois pontos de vista (governo central e cargos da administração local) e enfocam o âmbito local e regional, mas também se reportam à realidade nacional. Alguns dos trabalhos jornalísticos são assinados pelos jornalistas da redacção, mas várias têm a assinatura do Jornal. O enquadramento é claramente temático, feito de narrativas de acontecimentos a decorrer com alguma discussão (debate), já que entre 2004 e 2014 o questionamento do encerramento das maternidades nos hospitais da região sofreu vários volte-faces, tendo em atenção o mandato governamental em curso. Ao nível institucional, os acontecimentos têm carácter político-partidário (com as alegações de a decisão do fecho ser uma questão política ou técnica), cívico (com várias iniciativas e movimentos a envolverem os habitantes), e públicos (por se tratar de unidades hospitalares). Para Serrano⁶¹ (2005), os títulos das notícias classificam-se em:

⁶⁰ Ver Anexo II, Das Fontes, pp.37-... . Nos meses omitidos nas tabelas o Jornal não apresenta publicação de notícias sobre o serviço de maternidade.

⁶¹ In SERRANO, M. E. 2005. Para um Estudo do Jornalismo em Portugal (1976-2001): Padrões Jornalísticos na cobertura das eleições presidenciais. Doutoramento, ISCTE.

- Informativos explicativos (apontam sumariamente causas ou consequências de um acontecimento, respondendo à questão “como?”);
- Expressivos apelativos (dramatizam o acontecimento);
- Expressivos formais ou lúdicos (em termos de forma da mensagem, realizam um trocadilho);
- Declarativos (baseados em citação entre aspas ou em discurso indirecto que dão destaque à mensagem de uma personalidade ou identidade exterior ao jornal; o meio apaga-se, enquanto enunciador, colocando-se em evidência o destinador original da mensagem).

Os critérios de selecção da informação revelam-se e inserem-se dentro da proximidade, actualidade, relevância, e, impacto/consequências. A extensão das notícias varia entre os três e os cinco parágrafos. No que respeita ao acompanhamento visual, as notícias exibem fotografias acompanhadas de legendas com identificação das pessoas, dos eventos, mas, também, com valor informativo.

No que toca às diferentes categorias e respectivas variáveis que nos permitirão quantificar a amostra de textos seleccionadas e classificá-las dentro de um dos géneros (tradicional, público, de causas), apresentamos, em anexo, a tabela com a qual iremos trabalhar para conhecer a resposta à questão do nosso tema: No caso das maternidades, o Interior praticou algo mais próximo do jornalismo público, do jornalismo de causas ou do jornalismo tradicional?

Categorias	Principal fonte da notícia		Actores das notícias			Actores citados	Pontos de vista			Princípio do contraditório		Extensão da notícia (parágrafos)			Tipo de agendamento	
	privada	pública	Classe profissional ou associativa	Governo local ou central	Cidadão comum	Número (nenhum; 1; 2; 3;+3)	nenhum	1	>1	sim	não	<3	3 a 5	>5	serviço	investigação

Categorias	Actualidade		Proximidade			Separação factos e opiniões		Promove debate cívico		Foco da notícia		Tem repercussões		Texto assinado	
	Presente	Desenvolvimento cronológico	Geográfica	Cultural	Vida Pública dos cidadãos	análise objectiva	análise subjectiva	Sim	Não	Interesse público	Defesa de causa	Causa de movimento cívico	Vida cívica/pública	Sim	Não

51 textos do género notícia

Principal fonte: pública (Jornalismo tradicional)

Principal fonte da notícia - 2004/2014		
privada	8	82
pública	9,75%	90,25%

Actores das notícias⁶²: Governo local ou central

(Jornalismo tradicional)

Actores das notícias- 2004/2014		
Classe profissional	24	19,35
Governo local ou central	124	62,91%
Cidadão comum	11	8,87%

⁶² 60 actores citados

Pontos de vista: 1 (apresenta um só ponto de vista
de diferentes fontes) (Jornalismo de causas)

Pontos de vista		
0	0	0%
1	29	55,17%
>1	16	44,83%

Princípio do contraditório: sim
(Jornalismo tradicional e Jornalismo Público)

Princípio do contraditório		
sim	22	57,69%
não	20	42,31%

Extensão da notícia (parágrafos):

<3 (Jornalismo tradicional)

Extensão da notícia (parágrafos)		
<3	18	45%
3 a 5	17	42,50%
>5	5	12,50%

Género Informativo com reportagens originadas: na rotina, enunciadas

na terceira pessoa, visando, sobretudo, acontecimentos / por investigação;

enunciadas na primeira pessoa, sobre um tema ou uma pessoa /

Tipo de agendamento: rotina profissional / serviço (Jornalismo Tradicional)

Tipo de agendamento		
serviço	29	76,32%
investigação	9	23,68%

Actualidade: Presente [Enquadramento: episódico, de acontecimento fechado ou a decorrer, mas sem suscitar discussão; temático, de debate (com discussão)] (Jornalismo tradicional)

Actualidade		
Presente	23	62,16%
Desenvolvimento cronológico	14	37,84%

Proximidade: Geográfica [característica da Imprensa Regional]

Proximidade		
Geográfica	21	53,85%
Cultural	0	0%
Vida Pública dos cidadãos	18	46,15%

Separação factos e opiniões: análise objectiva (Jornalismo tradicional)

Separação factos e opiniões		
análise objectiva	30	71,43%
análise subjectiva	12	28,57%

Promove debate público: Não (Jornalismo tradicional)

Promove debate cívico		
sim	1	1%
não	32	99%

Foco da notícia: Interesse público (Jornalismo tradicional e Jornalismo público)

Foco da notícia		
Interesse público	29	76,32%
Defesa de causa	9	23,68%

Repercussões na vida dos cidadãos na sociedade e/ou comunidade:

Sim (Jornalismo Público e Jornalismo de causas)

Tem repercussões		
sim	2	98%
não	0	2%

Texto assinado: Sim (Jornalismo Público e Jornalismo de causas)

Texto assinado		
sim	28	70%
não	12	30%

Traços característicos das notícias do Jornal O INTERIOR na temática da maternidade no Hospital da Guarda

- Agenda noticiosa: condicionada - ditada pela agenda das fontes (Jornalismo de causas);
- A decisão (escolha) cabe ao público - não, há propensão para defender a localização do serviço na Guarda (Jornalismo de Causas);
- Proporcionar informações e reflexões para o cidadão tomar decisões responsáveis / Apresenta diferentes dados informativos que permitem ao público tirar as suas próprias conclusões - sim (Jornalismo tradicional e Jornalismo Público);
- Citam sobretudo fontes oficiais (cargos importantes e especialistas) / Vive entre a redacção e sedes de organismos públicos reconhecidos - sim (Jornalismo tradicional);
- Promovem debates - não (Jornalismo tradicional);
- Incita a acção da cidadania e insere-se na comunidade (p. ex., divulga e promove a região) - sim, nas notas classificativas das notícias da edição (Jornalismo Público e Jornalismo de Causas);

- Assumem formato e conteúdo: curto, de narrativa e descrição, com citações e linguagem formal; grande, interpretativo, explicativo e de linguagem semi-coloquial - Curto (Jornalismo tradicional) e explicativo (Jornalismo público);
- Valência/tom: neutro; positivo ou negativo, mas também equilibrado - positivo ou negativo (Jornalismo de causas);
- Fontes características: oficiais, documentais, externas; não oficiais, internas e de características humanas - Oficiais, documentais, externas (Jornalismo tradicional);
- Personagens/actores do texto: Quadros superiores e especialistas intelectuais/científicos; A classe profissional é indiferente - Quadros superiores e especialistas intelectuais/científicos (Jornalismo tradicional e Jornalismo Público);
- Pluralidade com dois ou mais pontos de vista - não, 1 só (Jornalismo de causas);
- Assinatura da peça pelo jornalista, jornal ou peça de agência - pelo jornalista (Jornalismo Público e Jornalismo de Causas);
- Enquadramento: episódico, de acontecimento fechado ou a decorrer, mas sem suscitar discussão; temático, de debate (com discussão) - Episódico (Jornalismo tradicional);
- Título: informativo, indicativo ou explicativo, expressivo formal, categórico e declarativo; expressivo e apelativo - expressivo formal, categórico e declarativo (Jornalismo Público);
- Selecção da informação: pela actualidade e relevância; pela actualidade, relevância, insólito e consequências - Actualidade (Jornalismo tradicional);
- Linhas mestras: Rigor (Veracidade) e objectividade (imparcialidade); Verdade e honestidade: Rigor e objectividade (Jornalismo tradicional)

De acordo com as categorias e variantes enunciadas e caracterizadas mediante os textos publicados no Jornal O INTERIOR sobre a continuidade do serviço de maternidade no Hospital da Guarda na década 2004-2014, estes evidenciam: artigos de **Jornalismo tradicional** e mistos com o Jornalismo Público; Jornalismo Público e mistos com o Jornalismo de Causas; e, peças de Jornalismo de Causas e mistas com o Jornalismo Público.

CAPÍTULO 6

6.1 Movimentos cívicos pró-maternidade em 2006

Recordamos que, durante o ano de 2006, as notícias do semanário da Guarda indicam um período marcado por várias iniciativas - tanto de movimentos civis, como de entidades políticas -, opondo-se Guarda e Covilhã pela manutenção da maternidade nos respectivos hospitais, Sousa Martins e Pêro da Covilhã. A estas iniciativas dedicaremos uma análise em particular. Como já mencionámos, várias peças do semanário da Guarda sublinham a luta pela sobrevivência daquela valência entre os hospitais da Covilhã e de Castelo Branco. Verificamos que O INTERIOR dá maior enfoque à situação da Covilhã, o que se torna compreensível pela zona de cobertura noticiosa do jornal (distrito da Guarda e zona da Cova da Beira), que se traduziu, desde o início⁶³, na aposta deste mesmo eixo geográfico estratégico pelo jornal. Durante o ano de 2006, as notícias do semanário da Guarda indicam um período marcado por várias iniciativas - tanto de movimentos civis, como de entidades políticas -, opondo-se Guarda e Covilhã pela manutenção da maternidade nos respectivos hospitais, Sousa Martins e Pêro da Covilhã.

6.2 Iniciativas: Campanhas, Movimentos e Personalidades em destaque

Um «braço de ferro», poderá parecer-nos o que sucede em 2006 entre os municípios da Guarda e da Covilhã (e Castelo Branco em permeio) pela manutenção do serviço de maternidade nas respectivas unidades hospitalares. Enquanto na Guarda esgrimem nesse sentido esforços agentes de diferentes quadrantes da sociedade (políticos, profissionais, sindicalistas, estudantes) - quase todos e muito pouco ou quase nada de iniciativa puramente cívica, excepto a campanha, realizada na Guarda, Uma Fralda pela Maternidade -, na Covilhã - que parece só «tremer» e temer pela valência em 2006 - são nitidamente o políticos que assumem o comando da luta pela «sobrevivência» do serviço no CHCB (ou seja, a autarquia covilhanense com Carlos Pinto, e, a concelhia social democrata). Como tudo isto se espelha nas notícias do jornal O INTERIOR é o que iremos observar e analisar em seguida.

Em Janeiro, Fevereiro e Novembro de 2006 a porta-voz do designado Movimento de Cidadãos do Distrito da Guarda é a delegada e coordenadora do Sindicato de Professores da Região Centro, Sofia Monteiro, e, em Abril é a vez de Honorato Robalo, coordenador da União de Sindicatos da Guarda.

⁶³ Anexo Ano 0, 1999. P. 39

Deputados na Assembleia Municipal da Guarda e a autarquia guardense, então presidida por Joaquim Valente, evidenciam-se com a mesma intenção mas estratégias de oposição que caracterizam o PS e o PSD.

Entre Março e Maio de 2006, o autarca social-democrata Carlos Pinto comanda a movimentação dos cidadãos na Covilhã, até chegar a falar, em Maio, com o então Primeiro-Ministro José Sócrates, pulando a fase de aceder a Correia de Campos, ministro da Saúde desse Governo (“se puderes falar com Deus não fales com os santos”, poderemos dizer). Também os socialistas na Guarda, protagonizados por António Saraiva, farão o mesmo em Novembro. Os sociais-democratas apensam-se ao líder da bancada parlamentar, Marques Mendes.

Não podemos esquecer que, a nível político, também vêm a terreno em defesa da maternidade do Sousa Martins os deputados pelo círculo da Guarda Pina Moura (PS) e Ana Manso (PSD).

Mas tudo estará nas mãos do grupo técnico de estudo nomeado pelo Ministério da tutela, a Comissão Nacional de Saúde Materna e Neonatal, coordenada por Jorge Branco, sucessor de Albino Aroso (2004).

Ou seja, parecer-nos-á que a defesa do que se julga ser um bem de interesse público, o serviço de maternidade, cai em ambos os casos (Covilhã e Guarda), mais nas mãos da política do que da sociedade civil. Ainda que se procure definir o carácter desta decisão, será técnica (profissional) ou política. E nas notícias do jornal O INTERIOR?

Em resumo, durante o ano de 2006, as notícias do semanário da Guarda indicam um período marcado por várias iniciativas - tanto de movimentos civis, como de entidades políticas -, opondo-se Guarda e Covilhã pela manutenção da maternidade nos respectivos hospitais, Sousa Martins e Pêro da Covilhã. A estas iniciativas dedicaremos uma análise em particular. Como já mencionámos, várias peças do semanário da Guarda sublinham a luta pela sobrevivência daquela valência entre os hospitais da Covilhã e de Castelo Branco. Verificamos que O INTERIOR dá maior enfoque à situação da Covilhã, o que se torna compreensível pela zona de cobertura noticiosa do jornal (distrito da Guarda e zona da Cova da Beira), que se traduziu, desde o início, na aposta deste mesmo eixo geográfico estratégico pelo jornal. Durante o ano de 2006, as notícias do semanário da Guarda indicam um período marcado por várias iniciativas - tanto de movimentos civis, como de entidades políticas -, opondo-se Guarda e Covilhã pela manutenção da maternidade nos respectivos hospitais, Sousa Martins e Pêro da Covilhã.

De entre os abaixo-assinados, manifestações (e outras formas de protesto realizadas pelos movimentos cívicos), deveremos dizer que as iniciativas são encabeçadas por porta-vozes ligados a partidos políticos (2004: Movimento “P’la Criança”, Pedro Nobre, ligado ao CDS-PP; Movimento Cívico da Guarda, António Saraiva, membro do PS; 2006: Movimento de Cidadãos do Distrito da Guarda, Sofia Monteiro, dirigente SPZC, que estará à rente do Movimento de Utentes, tal como viria a envolver-se Honorato Robalo, Coordenador da União de Sindicatos da Guarda; Campanha «Uma Fralda Pela Maternidade», com Rui Isidro, director da Rádio

Altitude, e José Luís Crespo de Carvalho, comentador e cronista social-democrata; 2012: “A Maternidade que nos Une”, com Ana Manso, presidente do Conselho de Administração do Hospital da Guarda e dirigente da distrital do PSD). De realçar que, de entre estas iniciativas “O jornal “O Interior” já aderiu à campanha [“Uma Fralda pela Maternidade] e também colocou uma fralda nas suas instalações.” Por isso, ainda que o Jornal quase não transpareça nas suas notícias um posicionamento, a continuidade é referida por todos os nossos entrevistados como causa assumida pela publicação.

Capítulo 7

7.1 Caracterização dos Espaços de Opinião no Jornal *O INTERIOR*

Nos géneros opinativos, destacamos os artigos de opinião, e, por vezes, alguns editoriais, crónicas políticas, e, na secção “espaço público”, cartas de leitores dentro de um acontecimento actual, sendo os leitores identificados pela função social (como o governador civil e mentores de movimentos de defesa da continuidade da maternidade) e pela profissão (médicos) redigidas por estes em estilo de crítica. É neste último caso que existe lugar para o debate, e, para o ilustrar utilizamos uma situação concreta, ocorrida em 2010 na secção “Espaço Público” - as cartas de António Matos Godinho, anestesista do Sousa Martins e ex-cronista do jornal *O INTERIOR*, e de Santinho Pacheco, ex-governador civil da Guarda. Este será, para o jornalista Luís Martins, um dos exemplos em que o Jornal procura “fomentar o debate e contribuir para uma opinião pública formada sobre o tema”.

Os editoriais, da autoria de Luís Baptista-Martins - director de *O INTERIOR*, mas, também, jornalista profissional - apresentam-se neste mesmo tom. Valerá a pena analisarmos mais à frente, de forma breve, estes últimos textos, bem como as notas positivas e negativas do Jornal na secção “No Fio da Navalha”.

7.2 Editoriais sobre a maternidade da Guarda (e outros)

Existem três epítetos que o director do Jornal *O INTERIOR* atribui aos responsáveis autárquicos e da direcção do Hospital: “inércia, inabilidade e incúria”:

- 17/11/2011 - “Nascer Longe”, Por: Luís Baptista-Martins
<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=628&id=32978&idSeccao=7819&Action=noticia>
 “ (...) inércia, da inabilidade e da incúria da direcção do Hospital Sousa Martins e dos poderes instituídos da cidade.”
- 7/6/2012 - “O que se passa com as obras do hospital?”⁶⁴, Por: Luis Baptista-Martins
 “ (...) inabilidade política contribuir para isso. Conhecendo os nossos dirigentes... não nos devemos distrair.”
<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=657&id=35604&idSeccao=8408&Action=noticia>
 Convém recordarmos ideias que já destacámos na visão de autores defensores do jornalismo cívico: “quer para Traquina, quer para os investigadores do Projecto Agenda dos Cidadãos, o jornalismo e os seus profissionais devem assumir um papel dentro da comunidade em que se inserem, de modo a reforçar a ligação entre ambos e ajudarem a promover o empenho dos actores sociais do meio na cidadania activa.” (pg. 3, presente relatório).
 Luís Baptista-Martins exorta mesmo os cidadãos para que actuem na defesa de um serviço público do distrito. Ou seja, não só a maternidade, como também a requalificação do espaço físico do Hospital. Mais ainda, o director de *O INTERIOR* assume:

⁶⁴ Sociedade [Luís Martins]

- 9/8/2012 - “Cinco estrelas”

“(…) há doze anos, quando fiz parte do movimento cívico em defesa do Novo Hospital da Guarda, escrevi que o problema do Sousa Martins não estava apenas no facto de ser uma velha carcaça, porque não são as paredes que fazem um bom serviço”.
<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=666&id=36480&idSeccao=8590&Action=noticia>

- Edição de 26/6/2014 - “Tratar da Saúde”

“(…) defendemos e pugnámos por um hospital novo e a requalificação integral do Parque da Saúde. E foi isso que pedimos, em 1997, ao então primeiro-ministro António Guterres quando nos recebeu em reunião privada, no âmbito do Movimento Cívico de que fui membro e porta-voz nesse encontro, e que nos foi prometido pelo então governante.”
<http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=764&id=44193&idSeccao=10580&Action=noticia>

De algum modo, e em determinadas circunstâncias da vida pública, poder-se-á dizer que o Jornal O INTERIOR será, de forma ponderada, um órgão da Imprensa regional praticante do “jornalismo de causas”.

Capítulo 8

8.1 Resultados

Teoricamente encontrámos na nossas leituras vários autores que nos permitiram sumariar não só os “novos tipos de jornalismo” (Alicia Cytrynblum - Jornalismo Social; Merritt, Charity, Rosen, Glasser, Nelson Traquina, Mesquita, Projecto Agenda dos Cidadãos - jornalismo público ou jornalismo cívico; John Dewey, Raquel Paiva - Jornalismo Comunitário; Carlos Camponez - Jornalismo de Proximidade; João Correia - «jornalismo deliberativo»), bem como, após quantificação de algumas características e suas variáveis, e, respectiva análise estatística com o software Excel, uma aproximação à súmula daquele que será o tipo que oferecerá mais resistência entre os profissionais do jornalismo, i. é, o “jornalismo de causas”, contraposto ao jornalismo clássico e ao jornalismo público:

IDEAIS/TIPO	Jornalismo tradicional	Jornalismo Público	Jornalismo de causas
1. Defesa de um ponto de vista	não	não	sim
2. Assume posição nos temas das notícias (defesa de causas humanas - pobreza, exclusão social e outras; político-partidárias) / Notícias visam temas de interesse público (política, cultura, justiça, saúde, desenvolvimento regional)	Interesse público	Interesse público	Causas humanas e outras
3. Acto jornalístico: informar e explicar; investigar e denunciar	Informar e explicar	Investigar e denunciar	Investigar e denunciar
4. Agenda noticiosa não é ditada nem pelo poder público nem pelos movimentos de cidadãos	Não condicionada	Não condicionada	Condicionada
5. A decisão (escolha) cabe ao	Sim	Sim	Não

público			
6. Proporcionar informações e reflexões para o cidadão tomar decisões responsáveis / Apresenta diferentes dados informativos que permitem ao público tirar as suas próprias conclusões	Sim	Sim	Não
7. Citam sobretudo fontes oficiais (cargos importantes e especialistas) / Vive entre a redacção e sedes de organismos públicos reconhecidos	Sim	Não	Não
8. Nas eleições promovem debates: entre candidatos; entre candidatos e cidadãos	Entre candidatos	Entre candidatos e cidadãos	Entre candidatos e cidadãos
9. Incita a acção da cidadania e insere-se na comunidade (p. ex., divulga e promove a região)	Não	Sim	Sim
10. Género Informativo com reportagens originadas: na rotina, enunciadas na terceira pessoa, visando, sobretudo, acontecimentos / por investigação; enunciadas na primeira pessoa, sobre um tema ou uma pessoa	Rotina profissional	Investigação	Investigação
11. Assumem formato e conteúdo: curto, de narrativa e descrição, com citações e linguagem formal; grande, interpretativo,	Curto	Explicativo	Interpretativo

explicativo e de linguagem semi-coloquial			
12. Valência/tom: neutro; positivo ou negativo, mas também equilibrado	Neutro	Equilibrado	Positivo ou negativo
13. Fontes características: oficiais, documentais, externas; não oficiais, internas e de características humanas	Oficiais, documentais, externas	Oficiais e não oficiais, internas e de características humanas	Não oficiais, internas e de características humanas
14. Personagens/actores do texto: Quadros superiores e especialistas intelectuais/científicos; A classe profissional é indiferente	Quadros superiores e especialistas intelectuais/científicos	Quadros superiores e especialistas intelectuais/científicos	A classe profissional é indiferente
15. Pluralidade com dois ou mais pontos de vista	Sim	Sim	Não (1 só)
16. Assinatura da peça pelo jornalista, jornal ou peça de agência	As três são possíveis	Pelo jornalista	Pelo jornalista
17. Enquadramento: episódico, de acontecimento fechado ou a decorrer, mas sem suscitar discussão; temático, de debate (com discussão)	Episódico	Debate	Debate
18. Título: informativo, indicativo ou explicativo, expressivo formal, categórico e declarativo; expressivo e apelativo	Informativo	Apelativo	Apelativo
19. Selecção da informação: pela actualidade e relevância; pela actualidade, relevância, insólito e consequências	Actualidade	Consequências na vida pública	Consequências
20. Linhas mestras: Rigor (Veracidade) e objectividade (imparcialidade);	Rigor e objectividade	Verdade e honestidade	Verdade e honestidade

Verdade e honestidade			
-----------------------	--	--	--

Sendo a questão base do nosso relatório a possível preponderância entre os tipos jornalismo tradicional, público e de causas na Imprensa regional, e, muito concretamente, no Jornal O INTERIOR, interessou-nos explorar previamente alguns pontos, tais como: a discussão da objectividade do jornalismo clássico contra a alegada subjectividade dos “novos jornalismo”; como é assumida a ética profissional na Imprensa Regional e nos “novos jornalismo”; encontrar as práticas desenvolvidas nos tipos identificados. Mesmo os jornalistas que admitem como possível a prática do jornalismo público e do jornalismo de causas, colocam como ponto primordial a preservação da autonomia e independência no desenvolvimento das práticas jornalísticas.

Fomos ao encontro das respostas nas perguntas realizadas aos ex-jornalistas e actual chefe de redacção de O INTERIOR. Ainda que assumam o destaque de alguns acontecimentos nas páginas do Jornal, e se refiram a alguns acontecimentos noticiados pelo Jornal como causas que O INTERIOR abraçou - até aderiu e “abraçou” a campanha “Uma Fralda pela Maternidade”- o que verificámos ao atravessar o período 2004 a 2014 - e, nesta década, dando especial atenção a alguns meses e anos mais relevantes do tema maternidade no Jornal -, os textos mostram muito poucas características do jornalismo de causas, a não ser por vezes pelo tom crítico assumido algumas vezes e pelo realce dado aos motivos pelos quais a maternidade do Hospital da Guarda tem condições para continuar activa.

Percorremos e analisámos os artigos publicados no Jornal O INTERIOR, mas, também - como é natural no jornalismo público -, procurámos perceber nas notícias o modo de actuação de vários movimentos cívicos na vida da sociedade daquela região. Tais iniciativas foram encabeçadas e/ou dirigidas por responsáveis políticos no distrito, tal como por dirigentes sindicais, nunca por cidadãos comuns e anónimos.

Também cruzámos as linhas das peças jornalísticas com os editoriais do director Luís Baptista-Martins e as crónicas “Menos que Zero”, de João Canavilhas, enquanto membro do Conselho Editorial do Jornal - verificar eventuais ligações entre o género informativo (objectivas, neutras, imparciais) e géneros opinativos (artigos de opinião, crónicas e editoriais). Verificamos então que é João Canavilhas quem, inequivocamente, identifica a linha editorial assumida pelo Jornal:

(...)“O Interior” tem sido um bom exemplo da estratégia mais correcta (...) região deve manter as actuais três maternidades: Guarda e Castelo Branco pela localização geográfica, a da Covilhã por se tratar de uma unidade universitária (...)
 [Identifica os erros] erro é tirar esta luta da esfera dos movimentos cívicos. Contrariamente ao que aconteceu noutras cidades, na Covilhã foi a Câmara a encabeçar o movimento de contestação, substituindo-se às forças vivas da cidade. [...] [e explica porquê é que considera ter existido uma falha neste município, i. é, organização de acções de protesto onde os habitantes de toda a região participem conjuntamente [...]Só a força de um movimento cívico plural poderá contribuir para que manutenção das três

maternidades seja uma realidade, Actuar isoladamente (...) erro (...) só enfraquece o movimento, facilitando a vida ao Governo.”

Após os referidos métodos que aplicámos, e, de acordo com os objectivos que enunciámos no início do nosso relatório, bem como com as categorias e variantes referidas e caracterizadas mediante os textos publicados no Jornal O INTERIOR sobre a continuidade do serviço de maternidade no Hospital da Guarda na década 2004-2014, estes evidenciam: artigos de Jornalismo tradicional e mistos com o Jornalismo Público; Jornalismo Público e mistos com o Jornalismo de Causas; e, peças de Jornalismo de Causas e mistas com o Jornalismo Público. Assim, nas notícias de O INTERIOR é preponderante o tipo do jornalismo clássico.

Nas nossas hipóteses iniciais, tornam-se,

Hipóteses confirmadas:

1. O jornal O INTERIOR informa e esclarece os leitores através de declarações de governantes e especialistas;
2. O jornal O INTERIOR apresenta de forma neutra os movimentos cívicos que surgem em defesa da manutenção do serviço de maternidade nos hospitais da região;
5. Nas notícias do semanário e nos editoriais assinados por Luís Baptista-Martins - director de O INTERIOR - sobre a valência hospitalar da maternidade o Jornal assume de forma inequívoca a defesa da continuidade do seu funcionamento no Hospital Sousa Martins;
6. Chefia e redacção de O INTERIOR estão em consonância sobre o tipo de cobertura noticiosa dos acontecimentos.

Hipóteses infirmadas:

3. O jornal O INTERIOR ausculta a opinião do cidadão e da comunidade num tema cujo desfecho implica consequências na estrutura social do distrito da Guarda no que toca a cuidados de saúde para os utentes;
4. Além dos textos publicados em diversas edições, o Jornal O INTERIOR desenvolve, na linha do Jornalismo Público/Cívico, iniciativas de práticas de debates entre dirigentes e representantes de instâncias partidárias e as associações/colectividades que representam os habitantes da cidade e do distrito;

Conclusões

Apesar de a direcção e os profissionais de O INTERIOR assumirem como causa do Jornal a defesa da continuidade da maternidade, os textos evidenciam uma tendência de construção na linha do tipo de jornalismo clássico. Talvez então Merritt e Charity estejam certos ao falarem do jornalista como participante moderado, e, porventura, será isso que este órgão de comunicação da Imprensa regional da Guarda procura fazer na sua actividade jornalística e redactorial.

O jornalista é, como qualquer ser humano, dotado de raciocínio e sentimentos. Este será porventura um profissional mais atento e ligado aos acontecimentos da sociedade do que qualquer outro trabalhador de sectores diferentes. Se é referido que a subjectividade está patente, automaticamente, no acontecimento escolhido como noticiável, nos factos integrados na notícia e a forma dada aos mesmos, então o jornalista inconfessadamente poderá associar-se no seu íntimo a algumas causas (para além do social e humanitário). Porém, o jornalista, além de ter como tarefa informar o público, assume uma responsabilidade social de grande peso: ao prestar mais e melhor informação contribuir para o esclarecimento e formação do leitor, mas, sempre, sem o influenciar. A proposta do jornalismo cívico e do “jornalismo de causas” é uma atitude mais proactiva do leitor dentro da sociedade. Salvo raras excepções - como, por exemplo, a reorganização administrativa do território - o cidadão opina e reclama, mas não se envolve e não dinamiza a comunidade no sentido da mudança.

Atrevemo-nos a apresentar como principal conclusão do nosso relatório, de acordo com algumas das ideias aqui expostas, que nem o jornalismo clássico será hoje puro, nem o jornalismo cívico assumido por completo.

Referências

AMARAL, V. (outubro de 2012). *O papel do jornalismo público na revitalização da imprensa em Portugal: O caso da imprensa regional*. Tese de doutoramento, orientadora Anabela Gradim Alves. Universidade da Beira Interior, Covilhã.

BERTEN, A., Silveira, P. da, & Pourtois, H. (1997). *Libéreaux et communautariens*. Paris: PUF.

BORGES, S. (2009). «A segunda fase do Jornalismo Público». *Revista Estudos em Comunicação*, 5(1),

BRITO, R. (2009). *Jornalismo Público e imprensa regional em Portugal: limites e possibilidades*. Dissertação de mestrado, orientador João Carlos Ferreira Correia. Universidade da Beira Interior, Covilhã.

CAMPONEZ, Carlos (2012). «Jornalismo regional: proximidade e distâncias. Linhas de reflexão sobre uma ética da proximidade no jornalismo». In Correia, João Carlos (Org.), *Ágora - Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidades*. LabCom Books. Universidade da Beira Interior

CAMPONEZ, Carlos (2002). *Jornalismo de Proximidade - Rituais de Comunicação na Imprensa Regional*. Coimbra: Edições Minerva.

CARVALHEIRO, José Ricardo, CORREIA, João Carlos, MORAIS, Ricardo, e, SOUSA, João Carlos (2011). «Observatórios de *media*, cidadania e educação para os meios: sugestões baseadas numa pesquisa sobre imprensa regional», pp. 463-475 Universidade da Beira Interior, IN Sara Pereira (Org.) (25-26 Março 2011). "Congresso Nacional "Literacia, Media e Cidadania", Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Braga.

http://www.labcom.ubi.pt/publicacoes/201209041020-484_1878_1_pb.pdf (visto em 22 de Outubro de 2014)

CHARITY, Arthur (1995). *Doing Public Journalism*. New York: Guilford Press.

CHRISTIANS, Clifford G. (1999), "The Common Good as First Principle", in Theodore Glasser, (1999) *The idea of public journalism*, New York, London, Guilford Press.

COELHO, P. (2006, Março). “A Missão Social do Jornalista”. Comunicação apresentada no V Congresso CAIS, Lisboa (reimpressão em Pinto *et al.*, *Por uma Ética da Comunicação - Jornalismo Social* (pp 45-46). Alarmagem do Bispo: Padrões Culturais Editora, 2007).

COLEMAN, 2003 apud Borges, S. (Maio 2009). A Segunda Fase do Jornalismo Público. Revista Estudos em Comunicação, p. 97. LabCom, UBI. <http://www.ec.ubi.pt/ec/05/html/borges/index.html#sthash.mSMDqD67.dpuf>

Comunicação (Revista) *Os desafios da imprensa regional* (2000)

CORREIA, João Carlos (Org.) (2012). *Ágora - Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidades. Jornalismo regional: proximidade e distâncias*. Campones, Carlos. «Linhas de reflexão sobre uma ética da proximidade no jornalismo». LabCom Books

CORREIA, João Carlos (Coord.) (2011); Canavilhas, João; Carvalheiro, José Ricardo; Baptista Ferreira, Gil; Moraes, Ricardo; Sousa, João Carlos. *Agenda dos Cidadãos: jornalismo e participação cívica nos media portugueses - memória de um projecto*. LabCom Books Série “Pesquisas em Comunicação”, LabCom Books, Universidade da Beira Interior.

CORREIA, J. C. (2010). «Novos Jornalisimos e vida cívica: limites e possibilidades do “jornalismo deliberativo”». In I. Morgado & A. Rosas (Orgs). *Cidadania Digital* (pp. 71-100). Covilhã: Labcom.

Comunicar (verbo), In <http://etimologias.dechile.net/?comunicar>

CURRAN, James; Seaton, Jean (2001) *Imprensa, Rádio e Televisão - Poder sem Responsabilidade*, Instituto Piaget, Coleção Epistemologia e Sociedade, Lisboa.

CYTRIMBLUM, A. (2006, Março). “Jornalismo Social: Uma Nova Disciplina”. Comunicação apresentada no V Congresso CAIS, Lisboa (reimpressão em Pinto *et al.*, *Por uma Ética da Comunicação - Jornalismo Social* (pp. 74-77). Alarmagem do Bispo: Padrões Culturais Editora, 2007).

DAHLGREN, P. & Sparks, C. (1991) (Eds.), *Communication and citizenship: Journalism and the public sphere in the new media age*. Routledge, London.

DEWEY, John (1916). *Democracy and Education: An introduction to the philosophy of education*. «A cultural approach to communication» (Chap. 1). Carey, Jame s«From Communication as Culture», p. 17. MacMillan ed.

EKSTEROWICZ, A. J., Roberts, R. & Clark, A. (1998). “Jornalismo Público e Conhecimento Público”, *Harvard International Journal of Press/ Politics*, vol. 3, n.º 2., in Traquina & Mesquita (2003). Tradução de João Nisa. EKSTEROWICZ, Anthony J., ROBERTS, Roberts, & CLARK, Adrian (1998). «Public Journalism and Public Knowledge», in *The Harvard International Journal of Press/Politics* March 1998 vol. 3 no. 2 74-95. Sage Journals. New York. <http://hij.sagepub.com/content/3/2/74.abstract>

FERNANDES, S. (2007). *Jornalismo de Causas. O Ambiente como análise de conteúdo*. Trabalho realizado no âmbito da cadeira de Seminários, orientadora Raquel Botelho. Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Tecnologia de Abrantes

GLASSER, Theodore L. (1999). *The Idea of Public Journalism*. New York: Guilford Press.

HARDT, H. (Summer, 1997). “The Quest for Public Journalism”, *Journal of Communication*, 47, 3, 102-109 (reimpressão em Glasser, T., Appendix B, “Reinventing the Press for the Age of Commercial Appeals: Writings on and about Public Journalism”, *The Idea of Public Journalism*. New York: Guilford Press, (1999, pp. 202-208).

Livro de Estilo (1998). PÚBLICO, Comunicação Social, S.A.. Printer Portuguesa, Lisboa.

MARTINS, G. de (2006, Março). “Comunicar para Compreender”. Comunicação apresentada no V Congresso CAIS, Lisboa (reimpressão em Pinto et al., *Por uma Ética da Comunicação - Jornalismo Social* (p 12). Alarmagem do Bispo: Padrões Culturais Editora, 2007).

MATHEWS, D. (1994). *Politics for People: Finding a Responsible Public Voice*. Urbana: University of Illinois Press.

MIGUEL, E. de (2006, Março). “Jornalismo Social... Simplesmente Jornalismo”. Comunicação apresentada no V Congresso CAIS, Lisboa (reimpressão em Pinto et al., *Por uma Ética da Comunicação - Jornalismo Social* (p. 70). Alarmagem do Bispo: Padrões Culturais Editora, 2007).

MERLANT, P. “Le projet de magazine citoyen Tempo” (, pp. 74-80), in *Les Cahiers du Journalisme - “Le Journaliste Acteur de Societé”*, n.º 2, Dezembro de 1996. Lille: Centre de Recherche de l’École Supérieure de Journalisme de Lille.

MERRITT, Davis (1998) *Public Journalism and Public Life: Why Telling the New is Not Enough* (2nd ed.). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

MESQUITA, Mário (2003) *O Quarto Equívoco, O poder dos media na sociedade contemporânea*, MinervaCoimbra, Coimbra.

MESQUITA, Mário, (Janeiro/Março 2000). “Em Louvor da Santa Objectividade” (pp. 22-27), in *Jornalismo e Jornalistas*, n.º 1. Lisboa: Clube dos Jornalistas.

O PRÓXIMO REFERENDO, editorial, 28/01/2007 - 00:00;
<http://www.publico.pt/destaque/jornal/o-proximo-referendo->

PAIVA, Raquel (1998). *O Espírito Comum - Comunicação média e globalismo*. Petrópolis: Vozes.

PINTO, Henrique, Silva, A. S., Martins, G. O., Gomes, M. E., Vieira, J., Rangel, E., Andrade, C., Goulão, M. F., Figueiro, C., Coelho, P., Trasatti, S., Osório, L., Silva, V. J., Mascarenhas, O., Miguel, E., & Cytrynblum, A. (2007). *Por Uma Ética da Comunicação - Jornalismo Social*. Alarmagem do Bispo: Padrões Culturais Editora.

RIEFFEL, Rémy (2003). *Sociologia dos Media*

ROSEN, Jay (1999). *What are journalists for?*, p.5. Yale University Press. New Haven.

ROSEN, J. (Inverno, 1993). “Para além da objectividade”, *Nieman Reports*, in Traquina & Mesquita (2003). Tradução de Victor Flores.

ROSEN, Jay (1996b, November). *Public Journalism as a Democratic Art*. Presentation to the Project on Public Life and the Press, p. 8. Reston, VA: American Press Institute.

TRAQUINA, Nelson e Mário Mesquita (2003). *Jornalismo Cívico*. Lisboa: Ed. Livros Horizonte.

TRAQUINA, N. (2000) *O Poder do Jornalismo - Análise e Textos da Teoria do Agendamento*, p.37 Coimbra, Minerva.

TRASATTI, S. (2006, Março). “Linguagem e Novas Terminologias”. Comunicação apresentada no V Congresso CAIS, Lisboa (reimpressão em Pinto *et al.*, *Por uma Ética da Comunicação - Jornalismo Social* (p 49). Alarmagem do Bispo: Padrões Culturais Editora, 2007).

YANKELOVICH, Daniel (1991) *Coming to public judgment, Making democracy work in a complex world*, New Yourk, Syracuse University Press.

Anexos

Anexo I ENTREVISTAS

Guiões de entrevistas

INQUÉRITO POR ENTREVISTA

Dr. Luís Baptista-Martins, Director do jornal O INTERIOR

Dirigimos o presente inquérito por entrevista ao Sr. Dr. Luís Baptista-Martins, Director do Jornal O INTERIOR, no sentido de, através do exemplo de notícias sobre a manutenção do serviço de maternidade nos hospitais da região - publicadas entre 2004 e 2014 -, é possível apontar a prática de jornalismo de causas no Jornal. Agradecemos a disponibilidade do responsável deste órgão de comunicação social da Guarda para, deste modo, colaborar na realização do nosso relatório de mestrado em jornalismo na Universidade da Beira Interior.

PARTE I

1 - Idade

2 - Antes de desempenhar funções de direcção neste jornal, já o tinha feito noutro meio de comunicação?

3 - Como é que surgiu o projecto do jornal O INTERIOR?

4 - Houve evolução desde o ano zero (1999)? Se sim, em que aspectos?

4.1 - “No prato da balança”, quais os factores de peso nessas mudanças?

4.2 - A linha editorial do Jornal é decidida em articulação com o chefe de redacção?

5 - Embora Octávio Ribeiro, Director do “Correio da Manhã”, diga que o jornal é lido por todas as classes, e, não caindo no “CM”, qual a franja de público que O INTERIOR pretende alcançar? O “fracasso” da Localvisão beneficia a imprensa regional?

6 - No espírito do estatuto editorial, o jornal O INTERIOR tem, ao longo de 15 anos, estabelecido protocolos ou parcerias? Quais?

7 - Quando e como surge a parceria do jornal O INTERIOR com o projecto “Expresso em rede”?

PARTE II

8 - O jornal O INTERIOR não se limita ao papel informativo e procura desenvolver projectos na região. Apresenta mesmo propostas a instituições/organismos da cidade/distrito para desenvolver projectos na sociedade civil. Pode enunciar e descrever alguns? Podemos falar numa tipologia? Qual? Podemos falar em objectivos sociais?

9 - O jornal O INTERIOR funciona como “contra corrente” e insubmisso ao poder das elites e dos interesses particulares e segue a linha da denúncia? Se não o faz, é por razões de sobrevivência do órgão?

10 - No jornal O INTERIOR como define o critério “interesse público”?

11 - O jornalismo regional tem uma identidade própria de acordo com a forma como a lei identifica e define a imprensa regional?

11.1 - Os jornalistas da imprensa regional estarão ainda muito próximos do que é feito a nível nacional?

[Quais e por quanto tempo?]

12 - Os compromissos do jornalista regional são com (por favor, classifique por ordem decrescente, de 1 a 5):

- O órgão no qual trabalha
- As fontes de informação
- A população
- A defesa da região
- Os valores éticos e deontológicos

13 - Ao redigir uma notícia procura (por favor, classifique por ordem decrescente, de 1 a 3):

- Usar o princípio do contraditório
- Explicar os factos
- Indicar respostas a problemas

14 - O que dá noticiabilidade ao acontecimento (por favor, indique resposta por ordem decrescente, de 1 a 5)?

- Proximidade
- Actualidade
- Surpreender
- Afectar a vida dos cidadãos na sociedade
- Afectar as elites

15 - O jornalismo regional deve (por favor, classifique por ordem decrescente, de 1 a 3):

- Defender a região
- Promover debates para uma participação alargada na tomada de decisões
- Denunciar problemas e garantir a vigilância dos órgãos públicos

PARTE III

14 - O jornal O INTERIOR acompanha os problemas da região e da população? S/N

15 - De algum modo, o jornal O INTERIOR adere à ideia das causas comuns? Porquê? Se sim, quando e como?

16 - O jornal O INTERIOR pode ser considerado um agente dinamizador na sociedade local e regional?

17 - No jornal O INTERIOR os textos sobre maternidades na secção “espaço público” (por exemplo, de António Matos Godinho, anestesista do Sousa Martins e ex-cronista do jornal O INTERIOR, ou, Santinho Pacheco, ex-governador civil da Guarda) são levados em conta na produção noticiosa do jornal? Se sim, como?

18 - Considera que existe predomínio das figuras públicas nas notícias sobre o serviço de maternidade (autarquias, directores de hospitais, elementos do Governo no Ministério da Saúde, ...) ou procuram ouvir as vozes de outros cidadãos?

18.1 - Como caracteriza a sua relação com estas fontes de informação no período de maior cobertura do tema (2006 e 2012)?

19 - Como chegaram à redacção do jornal O INTERIOR as informações para as notícias sobre o serviço de maternidade? Têm proveniência nas fontes externas (não são iniciativa do jornal)? Usam “canais de rotina”? Qual o enfoque dado a diferentes actores nesta temática e às suas declarações (referência/citação)?

Obrigada pela V.^a colaboração e disponibilidade no preenchimento do presente questionário, destinado a ser utilizado na realização do nosso relatório de mestrado.

ANEXO I (cont.)

Guiões de entrevistas

INQUÉRITO POR ENTREVISTA

Luís Martins, Chefe de redacção e jornalista do jornal O INTERIOR

Dirigimos o presente inquérito por entrevista ao Sr. Dr. Luís Martins, Chefe de Redacção do Jornal O INTERIOR, no sentido de, através do exemplo de notícias sobre a manutenção do serviço de maternidade nos hospitais da região - publicadas entre 2004 e 2014 -, é possível apontar a prática de jornalismo de causas no Jornal. Agradecemos a disponibilidade do responsável deste órgão de comunicação social da Guarda para, deste modo, colaborar na realização do nosso relatório de mestrado em jornalismo na Universidade da Beira Interior.

PARTE II

1 - Idade

2 - Há quantos anos reside na região em que trabalha actualmente?

3 - Já frequentou cursos de formação na área da comunicação? S/N

3.1. - Quais e com que entidade formadora?

4 - Há quantos anos tem Carteira Profissional de Jornalista?

5 - Há quanto tempo trabalha como jornalista neste meio de comunicação?

5.1. - Em que órgãos de comunicação social trabalhou, como jornalista, antes do actual?
[Quais e por quanto tempo?]

6 - Os compromissos do jornalista regional são com (por favor, classifique por ordem decrescente, de 1 a 5):

- O órgão no qual trabalha
- As fontes de informação
- A população

- A defesa da região

- Os valores éticos e deontológicos

7 - Ao redigir uma notícia procura (por favor, classifique por ordem decrescente, de 1 a 3):

- Usar o princípio do contraditório

- Explicar os factos

- Indicar respostas a problemas

8 - O que dá noticiabilidade ao acontecimento (por favor, indique resposta por ordem decrescente, de 1 a 5)?

- Proximidade

- Actualidade

- Surpreender

- Afectar a vida dos cidadãos na sociedade

- Afectar as elites

9 - O jornalismo regional deve (por favor, classifique por ordem decrescente, de 1 a 3):

- Defender a região

- Promover debates para uma participação alargada na tomada de decisões

- Denunciar problemas e garantir a vigilância dos órgãos públicos

PARTE II

10 - O jornal O INTERIOR acompanha os problemas da região e da população? S/N

11 - Em que situações procuram citar nas notícias declarações de cidadãos?

12 - No jornal O INTERIOR como define o critério “interesse público”?

13 - O jornalismo regional tem uma identidade própria de acordo com a forma como a lei identifica e define a imprensa regional?

13.1 - Os jornalistas da imprensa regional estarão ainda muito próximos do que é feito a nível nacional?

14 - De algum modo, o jornal O INTERIOR adere à ideia das causas comuns? Porquê? Se sim, quando e como?

15 - No jornal O INTERIOR os textos sobre maternidades na secção “espaço público” (por exemplo, de António Matos Godinho, anestesista do Sousa Martins e ex-cronista do jornal O INTERIOR, ou, Santinho Pacheco, ex-governador civil da Guarda) são levados em conta na produção noticiosa do jornal? Se sim, como?

16 - Considera que existe predomínio das figuras públicas nas notícias sobre o serviço de maternidade (autarquias, directores de hospitais, elementos do Governo no Ministério da Saúde, ...) ou procuram ouvir as vozes de outros cidadãos?

16.1 - Como caracteriza a sua relação com estas fontes de informação no período de maior cobertura do tema?

17 - Como chegaram à redacção do jornal O INTERIOR as informações para as notícias sobre o serviço de maternidade? Têm proveniência nas fontes externas (não são iniciativa do jornal)? Usam “canais de rotina”? Qual o enfoque dado a diferentes actores nesta temática e às suas declarações (referência/citação)?

Obrigada pela V.^a colaboração e disponibilidade no preenchimento do presente questionário, destinado a ser utilizado na realização do nosso relatório de mestrado.

ANEXO I (cont.)

Guiões de entrevistas

INQUÉRITO POR ENTREVISTA

Ex-jornalistas do jornal O INTERIOR

Dirigimos-lhe o presente inquérito por entrevista, na sua qualidade de jornalista que integrou o corpo da redacção do jornal O INTERIOR, e, deste modo, além de acompanhar os acontecimentos que envolveram a manutenção da obstetrícia no Hospital Sousa Martins, realizou também trabalhos jornalísticos importantes nesta temática, publicadas entre 2004 e 2014 no Jornal O INTERIOR. O objectivo do nosso trabalho académico é analisar a possível prática de jornalismo de causas no Jornal. Agradecemos a V.a disponibilidade para, deste modo, colaborar na realização do nosso relatório de mestrado em jornalismo na Universidade da Beira Interior.

Nenhuma das questões apresenta resposta de carácter obrigatório.

PARTE I

1 - Idade

2 - Há quantos anos reside na região em que trabalha actualmente?

3 - Já frequentou cursos de formação na área da comunicação? S/N

3.1. - Quais e com que entidade formadora?

4 - Há quantos anos tem Carteira Profissional de Jornalista? [Teve Carteira Profissional de Jornalista durante quanto tempo?]

5 - Há quanto tempo trabalha como jornalista neste meio de comunicação? [Quanto tempo trabalhou no jornal O INTERIOR?]

5.1. - Em que órgãos de comunicação social trabalhou, como jornalista, antes do actual? [Quais e por quanto tempo?]

6 - Os compromissos do jornalista regional são com (por favor, classifique por ordem decrescente, de 1 a 5):

- O órgão no qual trabalha
- As fontes de informação
- A população
- A defesa da região
- Os valores éticos e deontológicos

7 - Ao redigir uma notícia procura (por favor, classifique por ordem decrescente, de 1 a 3):

- Usar o princípio do contraditório
- Explicar os factos
- Indicar respostas a problemas

8 - O que dá noticiabilidade ao acontecimento (por favor, indique resposta por ordem decrescente, de 1 a 5)?

- Proximidade
- Actualidade
- Surpreender
- Afetar a vida dos cidadãos na sociedade
- Afetar as elites

9 - O jornalismo regional deve (por favor, classifique por ordem decrescente, de 1 a 3):

- Defender a região
- Promover debates para uma participação alargada na tomada de decisões
- Denunciar problemas e garantir a vigilância dos órgãos públicos

PARTE II

10 - O jornal O INTERIOR acompanha os problemas da região e da população? S/N

11 - Em que situações procuram citar nas notícias declarações de cidadãos?

12 - O jornal O INTERIOR acompanha os problemas da região e da população? S/N

13 - De algum modo, o jornal O INTERIOR adere à ideia das causas comuns? Porquê? Se sim, quando e como?

14 - No jornal O INTERIOR os textos sobre maternidades na secção “espaço público” (por exemplo, de António Matos Godinho, anestesista do Sousa Martins e ex-cronista do jornal O INTERIOR, ou, Santinho Pacheco, ex-governador civil da Guarda) são levados em conta na produção noticiosa do jornal? Se sim, como?

15 - Considera que existe predomínio das figuras públicas nas notícias sobre o serviço de maternidade (autarquias, directores de hospitais, elementos do Governo no Ministério da Saúde, ...) ou procuram ouvir as vozes de outros cidadãos?

15.1 - Como caracteriza a sua relação com estas fontes de informação no período de maior cobertura do tema (2006 e 2012)?

16 - Como chegaram à redacção do jornal O INTERIOR as informações para as notícias sobre o serviço de maternidade? Têm proveniência nas fontes externas (não são iniciativa do jornal)? Usam “canais de rotina”? Qual o enfoque dado a diferentes actores nesta temática e às suas declarações (referência/citação)?

Obrigada pela V.^a colaboração e disponibilidade no preenchimento do presente questionário, destinado a ser utilizado na realização do nosso relatório de mestrado.

Anexo II

Personalidades em destaque

Das Fontes

2004 - Personalidades em destaque

- mar/04 José Cunha (diretor clínico Hospital Guarda); Miguel Castelo Branco (administrador CHCB); Fernando Andrade (presidente ARS Centro); Pediatras CHCB); José Barreira Pires (associação Arte Livre); Pedro Nobre (Movimento Cívico Pl'a Criança); Isabel Garção (diretora Hospital Guarda); Obstetras Hospital Guarda.
- set/04 Isabel Garção (diretora Hospital Guarda).
- out/04 Médicos do Centro de Saúde da Guarda; Germano de Sousa (bastonário da Ordem dos Médicos); Mário Patinha Antão (secretário de Estado Adjunto Ministro Saúde); Obstetras/ginecologistas Hospital Guarda).
- nov/04 Albino Aroso (cordenador Comissão Nacional para a Saúde Materna, Infantil e Neonatal, CNSMN); Luís Graça (presidente da direcção do Colégio Obstetrícia/Ginecologia da Ordem dos Medicos); Luís Filipe Pereira (ministro Saúde - Durão Barroso e Santana Lopes); Edite Estrela e Francisco Assis (eurodeputados PS); João Queiróz (diretor FCS UBI); Autarcas e associações de Castelo Branco).
- dez/04 Maria do Carmo Borges (presidente CMG); Júlio Sarmiento (presidente CMTrancoso); António Saraiva (Movimento Cívico da Guarda); Jorge Mendes (IPG); Fernando Cabral (presidente Federação PS Guarda); Joaquim Canotilho (presidente concelhia CDS-PP); Honorato Robalo (coordenador União Sindicatos Guarda); Júlia Sobral (comissão concelhia PCP Guarda); José Manuel Silva (candidato secção regional do Centro da Ordem dos Médicos); Ana Manso (presidente concelhia PSD Guarda).

2006 - Personalidades em destaque

- fev/06 Jorge Branco, coordenador CNSMN; Pina Moura, deputado socialista; Ana Manso, deputada PSD;
- mar/06 Correia de Campos, ministro da Saúde; Jorge Branco, CNSMN; Carlos Pinto e PCP Covilhã; [Paulo Tourais, enfermeiro na obstetrícia Covilhã]; vereadores PS Covilhã Miguel Nascimento e Serra dos Reis; militantes PSD: presidente Marques Mendes, Ana Manso, líder distrital PSD Guarda

- abr/06 Rádio Altitude ; J. L. Crespo de Carvalho; PSD Covilhã; Estudantes IPG - Sérgio Pinto, presidente AAG; USG, presidente Honorato Robalo; Autarquia da Covilhã ; Movimento de Utentes [Sofia Monteiro] /Movimento de Cidadãos do Distrito da Guarda/Movimento Cívico; Vereadores do PSD Câmara da Guarda [vereador João Bandurra]; e presidente da autarquia, Joaquim Valente.
- mai/06 Bruno Carneiro (presidente AAUBI), José Sócrates; Carlos Pinto, presidente Câmara Covilhã;
- jul/06 José Manuel Mota da Romana] “Pl’o Movimento Cívico da Guarda”; Jorge Branco, CNSMN
- set/06 Mães da Guarda
- out/06 Jorge Branco, coordenador CNSMN; Luís Ferreira, director clínico Hospital Guarda; Sanches Pires, presidente conselho administração Hospital Castelo Branco
- nov/06 António Saraiva, presidente concelhia socialista e líder bancada PS; Joaquim Valente, presidente Câmara da Guarda; José Sócrates, primeiro-ministro

2012 - Personalidades em destaque	
jan/12	ULS Guarda, administradora Ana Manso; bispo D. Manuel Felício; Concelhia/Federação CDS-PP Guarda, deputada Cláudia Teixeira
fev/12	Luís Taborda Barata, novo presidente da FCS
mar/12	Manuel Rodrigues, líder concelhia PSD Guarda; Rotary Guarda; Cremilde Sousa, directora do serviço de obstetrícia; Matias Coelho, médico do Centro de Saúde da Guarda
abr/12	Fernando Girão, ex-presidente da ULS Guarda; PCP
mai/12	Luís Taborda Barata, presidente da FCS UBI
jun/12	ERS do Ministério da Saúde; Correia de Campos; PCP; Ministro Paulo Macedo; CNSMN, Bilhota Xavier; PS; ULS Guarda (Ana Manso).
jul/12	Fernando Girão, ex-presidente da ULS Guarda; Comissão de utentes (PCP)
nov/12	ULS Guarda, Vasco Lino; Fernanda Maçoas, directora clínica.

Anexo III

- 14 Janeiro 1999 - Ano 0 n.º 0

Estatuto editorial; secção «espaço público», p. 14,

O INTERIOR será um jornal de informação geral, com carácter regional, abordando também assuntos de carácter nacional, orientado por critérios de criatividade e sem dependência de qualquer ordem.

O INTERIOR aposta numa informação diversificada, abrangendo assuntos de carácter geral, na região do interior e transfronteiriça, procurando corresponder ao interesse e motivação de um público diverso.

O INTERIOR considera importante divulgar os eventos culturais e actividades ligadas à educação e ao desporto.

O INTERIOR tem opinião plural e os seus colaboradores têm diversas motivações sociais, políticas, religiosas e outras.

O INTERIOR é um agente de formação e informação, promovendo a análise e o debate dos problemas regionais em prol do desenvolvimento da região.

O INTERIOR é responsável perante os leitores, numa relação clara e independente.

- 2 Junho 2000 - Ano 1, n.º 20

Editorial “O provador de valores”, LBMartins, p. 12

“O que são os valores éticos (...) esse debate contínuo é sempre muito participado, indicando não só que deveria fazer-se através da escola, mas também pelo conjunto da sociedade, pela família, os meios de comunicação ou pelos políticos, porque é responsabilidade de todos transmitir aqueles valores que compõem o nosso melhor legado. (...) recopilar os valores éticos de uma sociedade pluralista não é muito complicado (...) a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a justiça, a integridade ou a honorabilidade (...) Nos países democráticos não saber de cor os bons valores é quase impossível (...) A carga da integridade, do respeito e da honradez é pessoal e intransferível, não há possibilidade de nomear representantes. (...) Qualquer ser humano pode ser um excelente provador de valores, mas só alguns têm a percepção efectiva da vivência ética.”

Anexo IV

Arquivo: Edição de 21-02-2013

Secção: “13º Aniversário

Jornal O INTERIOR - 13 anos a informar⁶⁵

A ideia de criar O INTERIOR nasceu no verão de 1999. Luís Baptista-Martins concluiu da necessidade de criar um novo jornal semanal no distrito da Guarda, partindo de premissas como a abrangência, o pluralismo de opinião, a intervenção cívica em defesa do desenvolvimento regional, a qualidade de conteúdos ou a capacidade de informar e integrar nos dois lados de uma mesma linha: a Guarda e a Covilhã.

A ideia desenvolveu-se, e o jornal foi fundado em Janeiro de 2000, na Guarda, com a primeira edição a chegar às bancas no dia 14 desse mês. Em simultâneo, surgia também o jornal online

⁶⁵ <http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=694&id=38732&idSeccao=9182&Action=noticia>

www.ointerior.pt, tendo O INTERIOR sido o primeiro jornal em Portugal a nascer com dois suportes concomitantes no mesmo momento: papel e digital.

Em 2001, O INTERIOR foi distinguido com o “Prémio Gazeta de Imprensa Regional” outorgado pelo Clube de Jornalistas. Em 2003, o jornal foi escolhido pelo prestigiado semanário “Expresso”, como parceiro na Beira Interior, para integrar a “Rede Expresso”, de que fazem parte jornais regionais de todos os distritos do país. Assim, a partir de dezembro desse ano, O INTERIOR passou a ser membro fundador da “rede”, e a contribuir para a divulgação da região a nível nacional.

Com o objetivo de crescer como jornal regional, O INTERIOR abriu, em junho de 2005, uma segunda redação na cidade da Covilhã. Com esta aposta, o jornal procurou ganhar espaço de intervenção no distrito de Castelo Branco. Posteriormente, e durante quase um ano, produziu dois jornais diferentes: a edição Guarda e a edição Covilhã. Porém, os elevados custos inerentes à produção de dois jornais, e a dificuldade de atrair novos clientes de publicidade, determinaram o regresso à edição de um só jornal para toda a região.

Em maio de 2006 criou-se uma parceria com a AENEBEIRA - Associação Empresarial do Nordeste da Beira, sediada em Trancoso, lançando uma nova publicação económica regional como suplemento de O INTERIOR: o “Jornal das Empresas”, distribuído mensalmente com O INTERIOR a partir de junho do mesmo ano, com informação geral sobre economia e empresas da região e ainda informação útil aos empresários. Também nesse ano teve início a colaboração com a Escola Secundária Afonso de Albuquerque, a maior escola do distrito, para a produção e distribuição do “Expressão”, numa parceria que durou seis anos.

Entretanto, o jornal O INTERIOR realizou todo um conjunto de atividades, que vão muito para além do seu objeto, de relevância cívica e cultural, que contribuíram para a afirmação deste título. Entre outras, destaca-se a organização da “Festa do Livro” - evento que incluiu a feira do livro da Guarda e outras atividades culturais e de animação cultural - tendo sido organizada a primeira edição em julho de 2002, na Rua do Comércio (Guarda). Mas também a organização de debates públicos, conferências ou colóquios contribuíram para dar dimensão a este projeto.

Em 2009, nasceu um novo complemento ao jornal: a ointerior.tv, um projeto de web televisão de informação regional, que veio acrescentar mais um suporte ao papel e ao online. Hoje, enquanto evocamos os 13 anos de notícias, iniciamos uma nova etapa, com um novo formato e uma renovada ambição de continuar a contribuir para uma sociedade mais informada”.

Anexo V

Nesta linha, citamos:

“A aventura de um novo jornal. Dar vida ao Interior”, LBMartins

“Vamos procurar, com honestidade e rigor profissional, editar um jornal que informe, esclareça e abra caminhos, ao serviço dos cidadãos. Defendemos um jornalismo informativo

disposto a lutar pelos leitores, pelo encaminhamento dos seus anseios. Assim, é nossa obrigação sanar, com tacto, a patologia democrática das instituições ao não serem capazes de resolver os assuntos que lhes competem. E disso depende grande parte do bem estar dos cidadãos. Como tal, é ponto de honra separar as águas entre nós e os poderes político e económico.

(...) Um jornal que é um instrumento ao serviço do público, que reflecte com independência, é um jornal sério. (...)

Esta é uma região com problemas ancestrais. Denunciá-los, pugnar e exigir junto dos responsáveis a inversão deste cenário, é, também, uma obrigação da comunicação social. Cumprir com a legítima ambição da comunidade onde estamos inseridos é, será sempre, um dos nossos objectivos. Informar também pode ser uma forma de participar no desenvolvimento da região. [ao ser jornalista já participa na vida pública, M. Mesquita]

(...) vamos procurar ultrapassar a barreira psicológica que sempre opôs as duas cidades que estão na génese do projecto «O Interior». A Guarda e a Covilhã são duas referências estratégicas no desenvolvimento da região, cuja aproximação pode determinar um crescimento equilibrado, não apenas destas cidades, mas também de todos os concelhos limítrofes. (...) a Cova da Beira e o distrito da Guarda (...) entre o Douro e a Gardunha, de Espanha à corda da Serra da Estrela. (...)

Queremos conhecer e dar a conhecer as realidades regionais usando uma linguagem o mais parecida com a do cidadão comum. Um jornal que para além de porta-voz de informação exerça forças positivas. Para isso, contamos com o leitor, queremos que ele opine e se manifeste sobre o que está bem ou mal na região.

(...) Conselho Editorial (...) Ao chamarmos um conjunto de pessoas queremos não só humanizar a instituição jornalística, (...) quebrar na imprensa regional uma certa tendência para a arrogância, o isolamento (...).”

Anexo V

Edição de 12 Janeiro de 2001 - o primeiro ano da publicação

“Depoimentos”, p. 20. “

“[A] reflexão e avaliação da sua prestação social (...) A independência e sentido crítico, o seu distanciamento de interesses exteriores à comunidade que serve, a capacidade para perceber o jogo político, (...) esses atributos são particularmente exigíveis na imprensa regional e local (...) a ideia de bem comum e de serviço à comunidade têm de presidir a essencialidade da sua actividade. (...) as regiões do interior do País, pelas suas especificidades colocam aos agentes sociais (...) a responsabilidade acrescida de mobilização pela defesa dos interesses das suas regiões e pela reivindicação de mecanismos de discriminação positiva, que permitam acelerar a aproximação aos valores médios do País. (...) terá sempre o respeito dos seus leitores, e constituirá uma pedra basilar do desenvolvimento e da promoção da comunidade a que se dirige: o Interior.”

(Ana Manso, presidente distrital PSD Guarda, deputada parlamentar)

“ [O Interior actua] valorizando sempre a opinião, a reflexão do leitor e não caindo na tentação de manipular as mesmas”.

(Francisco Lino, presidente concelhia PP Covilhã)

“mesmo aqueles, como é o meu caso, que não foram poupados pela pluma castigadora e irreverente devem sentir-se satisfeitos pelo facto de «O Interior» ter preferido ser um fórum ao serviço da cidadania em detrimento (...) da resignação [apatia] da monotonia.”

(Vítor Pereira, presidente concelhia PS Covilhã)

“(...) a imprensa (para lá da função de reportar acontecimentos, repito) deve funcionar como o «demoniozinho» que espicaça consciências e poderes instalados, abrindo espaços de debate e de crítica, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento das regiões e respectivas populações; e, nessa exacta medida, a imprensa acaba por cumprir uma relevante missão de natureza comunitária, denunciando aquilo que está menos bem, enaltecendo (se for caso disso) o que de útil e positivo aconteça”. (João Caramelo, presidente concelhia PP Guarda)

Anexo VI

Categorias e variáveis

Categorias	Principal fonte da notícia		Actores das notícias			Actores citados 0; 1; 2; 3;+3	Pontos de vista			Princípio do contraditório		Extensão da notícia (parágrafos)			Tipo de agendamento		Actualidade		Proximidade			Separação factos e opiniões		Promove debate cívico		Foco da notícia		Tem repercussões		Texto assinado	
	privada	pública	Classe profissional	Governo local ou central	Cidadão comum		0	1	>1	sim	não	<3	3 a 5	>5	serviço	investigação	Presente	Desenvolvimento cronológico	Geográfica	Cultural	Vida Pública dos cidadãos	análise objectiva	análise subjectiva	Sim	Não	Interesse público	Defesa de causa	sim	não	Sim	Não
2004	6	43	6	23	2	0	0	2	3	2	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	3	0	0	0	1	0	0	0	4	0
2005	0	4	0	5	0	6	0	1	0	1	2	0	3	0	1	2	2	1	1	0	1	6	0	0	2	0	8/12-- - 15/12	0	3	0	
2006	2	23	14	70	4	37		19	8	10	12	11	8	2	18	4	17	5	14		9	19	2	1	19	15	8	9/2-- 16/2	0	11	10
2007	0	3	1	6	0	4	0	2	1	3	0	1	3	0	2	1	0	3	3	0	1	2	1		3	3		0	3	0	
2008	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2011	0	4	3	8	0	4	0	2	2	2	2	3		1	4	0	1	3	4	0	3	4	0	0	4	4	0	0	0	2	2
2012	0	3	0	7	0	9	0	1	2	2	2	2	2	1	2	0	1	2	3	0	2	3	0	0	4	2	1	0	0	3	0
2013	0	1	0	3	3	0	0	1	0	1	1	1	0	0	1	0	1	0	1	0	1	1	0	0	1	1		0	0	1	0
2014	0	1	0	2	2	0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	1	0		1	0	1	1	0	0	1	1		0	0	1	0
TOTAL	8	82	24	124	11	60	0	29	16	22	20	18	17	5	29	9	23	14	21	0	18	30	12	1	32	29	9	2	0	28	12

	Variáveis	Categorias
18º	privada	Principal fonte da notícia
2º	pública	Actores das notícias
7º	Classe profissional	Actores citados
1º	Governo local ou central	Pontos de vista
16º	Cidadão comum	Princípio do contraditório
3º	0; 1; 2; 3;+3	Extensão da notícia (parágrafos)
7º	0	Tipo de agendamento
13º	1	Actualidade
9º	>1	Proximidade
10º	sim	Separção factos e opiniões
11º	não	Promove debate cívico
12º	<3	Foco da notícia
19º	3 a 5	Tem repercussões
5º	>5	Texto assinado
17º	serviço	
8º	investigação	
14º	Presente	
8º	Desenvolvimento cronológico	
	Geográfica	
	Cultural	
11º	Vida Pública dos cidadãos	
6º	análise objectiva	
15º	análise subjectiva	
21º	Sim	
4º	Não	
6º	Interesse público	
	Defesa de causa	
20º	sim	
	não	
6º	Sim	
15º	Não	

-
- ⁱ “ a few examples of ‘regular journalism’ subjects done in a public journalism fashion:
- “focus on their grievances , instead pressing residents, cruisers, and officials to offer workable solutions;
 - “work through the newsroom’s own racial divisions using concepts (cap. 3);
 - Investigative journalism. The Detroit Free Press exposed children’s charities wasting Money - as part of project that also featured public forums on children’s issues and sent reporters out to volunteer in schools (see chapter four);
 - Treating citizens as civic actors , centering on the efforts of ordinary people who ride and work the trains rather than bureaucrats who run;
 - Insisting candidates address the agenda issues and questions posed by ordinary Florida citizens;
 - Reporters who cover them collaborate in teams devoted to issue centered-beats;
 - Paper secured Citizen pledges to work for improved relations and hired two facilitators to coordinate efforts in the community.
- ⁱⁱ “conducting periodic open-format two-hour conversations with grassroots community groups. By rule the meetings involve more citizens than journalists and focus on the former’s perceptions of issues in the community. (...) By tape-recording, transcribing and indexing each conversation, the paper has built up a hefty computer database, highlights of which it periodically circulates around the newsroom. Everyone on the staff browse from time to time. Journalists have used material from the conversations to refocus coverage on ongoing news or to develop new stories entirely, a guide to organizing at the grassroots level. (1995, p. 23).
 News coverage rooted tightly in the way citizens themselves see the issues can be powerful and effective, and very different from conventional stories (...) The editors who worked on these particular stories now believe that they have been underestimating the public for many years. The more they listen intelligently to their reader-ship, the more intelligence they hear. (1995, pp. 24).
 “Early public journalists sidestepped agenda setting altogether by experimenting on obviously important stories. (...) explicit lists of long-term news priorities in close conjunction with local citizens (...) invented some way of letting citizens identify issues themselves in a practiced give and take. (1995, p. 24).